RELATÓRIO E CONTAS 2025

Cabo Verde Telecom, S.A.
Matriculada na Conservatória
do Registo Comercial da Praia sob o n.º. 415
Número de Id. Fiscal 2001 064 81,
Capital social de 1.000.000.000$00
(mil milhões de ECV C.V.),
Sede: Rua Cabo Verde Telecom,
Caixa Postal 220, na Cidade da Praia,
Ilha de Santiago, Cabo Verde

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho de Administração da Cabo Verde Telecom, S.A. (CVTelecom), submeter aos Senhores Acionistas o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025.

O Conselho de Administração,



João Domingos de Barros Correia



Isa Maria Santos Neves



Francisco Spencer Almeida

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE 6
INDICADORES CHAVE 9
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 10
ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO 12
A EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA EMPRESA 14
GESTÃO DE RISCOS & OPORTUNIDADES 21
RECURSOS HUMANOS 25
SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL 29
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO 30
A ESTRATÉGIA DE CRIAÇÃO DE VALOR 32
ANÁLISE DOS RESULTADOS 34
ESTRUTURA ACIONISTA 42
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS 43
OUTRAS DIVULGAÇÕES REQUERIDAS 43
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 44
I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 45
II - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 50
III - RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE E PARECER DO CONSELHO FISCAL 106

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas,

Excelências.

Findo o exercício económico do ano de 2025, em cumprimento dos Estatutos da Empresa e do Código das Sociedades Comerciais, é com elevada honra e consideração que me dirijo a V. Excelências, começando por agradecer, pela renovação da confiança na equipa por mim liderada, para conduzir os destinos da Empresa em 2025.

O contexto económico mundial está bastante condicionado por eventos, tanto de ordem natural relacionados com as alterações climáticas, como pelos conflitos regionais. Ambos os eventos comprometem a cadeia logística e os preços a nível global, exigindo, dos agentes económicos, muita prudência e versatilidade, para garantir a continuidade dos negócios e o aprovisionamento dos mercados. A estes dois grandes eventos, se associa a disputa comercial entre os blocos económicos, à escala global, cujo efeito muito se fez sentir a nível nacional, considerando ser a economia cabo-verdiana bastante extrovertida e muito vulnerável a choques externos.

É notório o efeito dos eventos de âmbito regional e mundial sobre a sociedade e a economia cabo-verdiana, ao longo do ano findo.

A performance da económica mundial, em 2025, revela o registo de um crescimento global na ordem dos 2,7%, com a inflação a situar-se nos 3,2%. De entre os principais parceiros económicos de Cabo Verde, a Zona Euro registou um crescimento residual de 1,4%, os EUA atingiram os 2,1% e a nossa Região da África Subsaariana alcançou um registo de 4,0%.

A nível nacional, de entre os principais acontecimentos a destacar, sobressaem-se a emigração acentuada de quadros e de jovens, as dificuldades registadas no transporte inter-ilhas, com os seus efeitos na mobilidade e circulação de bens, bem ainda como os dois eventos climáticos extremos que assolaram o país, afetando, particularmente, as ilhas a norte do País e a Região Norte de Santiago.

A economia nacional teve um desempenho satisfatório, com estimativas do BCV (Relatório da Política Monetária de Outubro 2025) a apontar para um crescimento de

5,5%, (as contas trimestrais do INE, apontam para um crescimento na ordem dos 6,3%) acima da taxa da nossa região, e uma inflação moderada, de 2,4%.

A nível setorial, a Empresa enfrenta vários desafios, de entre os quais os atinentes às decisões regulatórias e à entrada das LEO[1]. O contexto atual desafia a Empresa a inovar e a introduzir melhorias contínuas na qualidade dos serviços, no sentido de estar alinhada com a experiência e as expetativas dos clientes.

Não obstante a conjuntura bastante desafiadora, quer a nível nacional, quer a nível internacional, a Empresa manteve-se, estratégica e resilientemente, focada no cumprimento da sua missão, bem como na agregação de valores às suas partes relacionadas, revisando e adotando, tempestivamente, medidas conducentes à inovação e à melhoria da Qualidade de Serviço, no intuito de melhor servir o país, no geral, e os seus clientes, em particular.

Destarte os desafios supra apontados, os dados da Empresa revelam uma performance assinalável dos negócios, quando comparado com o período homólogo, destacando-se os seguintes registos: o volume de vendas cresceu em 3,3%, ultrapassando a barreira dos 6,3 milhões de contos, tendo o EBITDA registado uma ligeira contração de 1,1% e os Resultados Líquidos a se elevarem, em mais 37,2%.

Os resultados alcançados decorrem de uma abordagem centrada no cliente, com a implicação e o envolvimento de todos os Colaboradores da Empresa, a quem, em meu nome pessoal e no do Conselho de Administração, expresso o meu sincero reconhecimento pelo comprometimento, dedicação e profissionalismo, atributos que foram o alicerce da performance da Empresa em 2025.

O Conselho de Administração, através da minha pessoa, expressa o seu agradecimento pelo apoio e confiança que recebeu dos acionistas da Empresa e reafirma que a CVTelecom continuará engajada numa estratégia que garante a criação de valor para todos os stackeholders.

O Presidente,



[1] Low Earth Orbit

MARCOS E EVENTOS

JANEIRO	▪ A Alou patrocinou a 3.ª Edição dos Prémios Científicos, uma iniciativa do Ministério da Educação destinada a fomentar a investigação académica nacional e na diáspora. ▪ A Direção de Logística transferiu as operações do Armazém Central da Praia para novas instalações em Achada Grande Trás.
FEVEREIRO	▪ A CVTelecom acolheu a 2.ª edição do evento International Africa 2025 GCCM (Global Carrier *Community* Meeting), reunindo operadores globais do setor, na ilha do Sal. ▪ Implementou-se um projeto de avaliação de potencial e competências focado nas lideranças da empresa, visando o reforço da competitividade, melhoria do serviço ao cliente e resiliência do negócio. ▪ Lançou-se a campanha comercial "Diz Alou ao Amor!" assinalando o Dia dos Namorados.
MARÇO	▪ A Alou lançou uma campanha para a aquisição 100% digital do eSIM, com o objetivo de aprimorar a experiência do cliente. ▪ A CVTelecom celebrou o seu 30.º aniversário com um evento de confraternização dedicado aos colaboradores. ▪
ABRIL	▪ A CVTelecom renovou o seu compromisso com o desporto nacional, ao manter o estatuto de patrocinadora oficial do Comité Olímpico Cabo-verdiano (COC). ▪ Realizou-se a campanha promocional focada em Saldo Internacional.
MAIO	▪ A CVTelecom atuou como Patrocinadora Oficial dos Cabo Verde *Music Awards* (CVMA) 2025. ▪ Promoveu-se a iniciativa "*Open Doors*" a nível nacional, integrada na Semana da Família CVTelecom, visando a integração, a partilha de experiências e o fortalecimento de laços entre os colaboradores. ▪ A Empresa marcou presença na inauguração oficial do Parque Tecnológico Arquipélago Digital na cidade da Praia, um marco estratégico para a economia digital do país.
JUNHO	▪ Realizou-se a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, onde se deliberou sobre o relatório de gestão referente a 2024 e a proposta de aplicação de resultados. ▪ A CVTelecom participou como patrocinadora GOLD no "Cabo Verde *Investment* Fórum 2025" e no "EU - Cabo Verde Global Gateway *Investment* Forum", ambos realizados na ilha do Sal.
JULHO	▪ A Alou procedeu ao aumento das velocidades de internet nos pacotes de fibra ótica (2P e 3P) para até 150 Mbps de download, mantendo inalterado o valor das mensalidades. ▪ O Conselho de Administração aprovou uma atualização salarial de 2% para os colaboradores, com efeitos retroativos a janeiro, visando a mitigação do impacto inflacionário e a valorização do capital humano.
AGOSTO	▪ A Empresa concedeu apoio financeiro à Câmara Municipal de São Vicente e assistência direta às famílias afetadas pela tempestade tropical Erin. ▪ Confirmou-se a manutenção da certificação do Sistema de Gestão Integrado pela APCER, na sequência da auditoria externa de julho. ▪ A CVTelecom renovou o patrocínio oficial ao festival Mindel *Summer* Jazz, na sua 13.ª edição.
SETEMBRO	▪ A CVTelecom acolheu a 26.ª reunião anual do grupo de trabalho AR&RSC, na qualidade de membro do consórcio internacional de cabos submarinos WACS.
OUTUBRO	▪ A Alou, enquanto Patrocinadora Oficial da Seleção Nacional, "Tubarões Azuis", promoveu a iniciativa "Onda Azul" para apoiar a equipa durante a fase de qualificação para o Campeonato do Mundo de 2026.
NOVEMBRO	▪ Realizaram-se campanhas de saúde ocupacional para os colaboradores, incluindo a iniciativa "Novembro Azul" para prevenção do cancro da próstata e palestras focadas em Medicina Integrativa.
DEZEMBRO	▪ A CVTelecom foi homenageada pela Associação Cabo-verdiana de Luta Contra a Violência Baseada no Género (ACLCVBG), em reconhecimento por uma década de parceria sólida no âmbito dos 16 dias de Ativismo contra a Violência. ▪ Lançou-se a campanha comercial "Natal em grande é Natal Alou", dinamizando o final do ano através de sorteios associados a recargas e pagamento de faturas.

INDICADORES CHAVE

SÍNTESE DOS INDICADORES	2024	2025	Δ % 25 / 24
Receitas Consolidadas (mil cts)	6.104	6.308	3,3%
OPEX (mil cts)	3.329	3.563	7,0%
EBITDA (mil cts) (2)	2.775	2.745	(1,1%)
Margem EBITDA (mil cts)	45,5%	43,5%	(1,9 pp)
Resultado Líquido (mil cts)	637	874	37,2%
CAPEX (mil cts)	1.774	1.535	(13,4%)
CAPEX em % das Receitas de exploração	29,1%	24,3%	(4,7 pp)
Ativo Líquido (mil cts)	17.388	17.322	(0,4%)
Capital Próprio (mil cts)	7.890	8.429	6,8%
Passivo (mil cts)	9.498	8.892	(6,4%)
Solvabilidade	83%	95%	11,7 pp
Rácio Liquidez Geral	86%	87%	1,1pp
Clientes Telemóvel (un)	394.596	401.549	1,8%
Utilizadores de Internet Móvel (un) (3)	309.533	315.712	2,0%
Clientes Telefone Fixo (un)	61.844	61.963	0,2%
Clientes Internet Fixa (un)	36.227	39.707	9,6%
Clientes TV (un)	6.041	6.305	4,4%
Pessoal ao Serviço CVT (un)	499	484	(3,0%)

1- Resultado antes de amortizações, depreciações, perdas/ganhos de financiamento e impostos (à semelhança de anos anteriores, não se considerou como sendo operacional, entre outros, indemnizações de pré-reforma, diferenças de câmbio desfavoráveis.
2- Representa a média do número de utilizadores efetivos de internet móvel dentro do universo total dos Clientes da Rede Móvel.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia mundial tem mantido um crescimento moderado (~3,0% ao ano) e a inflação, após um período record, tem recuado para níveis próximos dos targets definidos pelos principais bancos centrais. Neste contexto, segundo o FMI, a "guerra" contra a inflação global está quase ganha, com a inflação mundial a descer de 6,7% em 2022 para 5,8% em 2023 e projeções em 4,3% para 2025[2]. Entre as economias avançadas, a zona euro projeta uma inflação ~2% em 2025 (após ~5% em 2022) e um crescimento económico próximo de 1%. Nos EUA, a inflação encaminha-se para a meta de 2%.

Apesar do crescimento do PIB, os riscos de abrandamento da economia mundial mantem-se, devido às tensões geopolíticas, aos desequilíbrios no comércio global e a desaceleração nos principais blocos económicos, designadamente na Zona Euro e China.

Impactos em Cabo Verde: a expansão, ainda que ligeira, da económica europeia, tem suportado o crescimento do turismo em Cabo Verde, bem como as remessas da diáspora. A queda da inflação global reduz a pressão sobre preços domésticos, esperando-se uma taxa de inflação interna abaixo de 2% em 2025[3]. Em contrapartida, qualquer nova crise internacional (pandemia, gás, clima) poderá impactar negativamente o sector externo e encarecer os bens importados. A política monetária interna permanece alinhada à estabilidade (câmbio fixo ao euro), absorvendo variações cambiais externas.

Macroeconomia de Cabo Verde (2020–2025)

PIB: segundo o FMI, projeta-se um crescimento económico de 5,0% do PIB em 2025. Este dinamismo foi sustentado pela retoma do turismo e pelo aumento do consumo privado. Em termos absolutos, o PIB, em 2024, aproximou-se dos 2,9 mil milhões USD. Para o BCV[4], a projeção do crescimento do PIB, em volume, para 2025, permanece inalterada em 5,5%, na medida em que o efeito positivo da incorporação dos dados mais recentes das contas nacionais trimestrais publicadas pelo INE compensa o efeito negativo da revisão em alta da inflação; já para 2026, a projeção foi revista em baixa em 0,2 pp para 4,8%, refletindo essencialmente o efeito da revisão em alta da inflação.

Inflação: as taxas de inflação homóloga e média anual fixaram-se em agosto de 2025 em 2,8 e 2,1 por cento, respetivamente. Esta evolução refletiu a subida dos preços das importações, devido, nomeadamente, aos custos mais elevados de fretes. Para 2025 e 2026, perspetiva-se que a taxa de inflação média anual se situe nos 2,4% em 2025.

[2] IMF's view: The global fight against high inflation is 'almost won' | The Associated Press
[3] FMI melhora estimativas de crescimento - Asset Display Page - Ministério das Finanças
[4] Relatório de Política Monetária de Outubro 2025

Desemprego: no primeiro semestre de 2025, o mercado de trabalho em Cabo Verde evidenciou uma recuperação positiva, com a taxa de desemprego a recuar para 7,5% e a população empregada a crescer 7,3%, fixando-se em 211.015 indivíduos[5]. Segundo o INE, o número de desempregados diminuiu 10%, embora persistam disparidades de género e geográficas, notando-se uma maior incidência no sexo feminino, e em contraste com a acentuada descida do desemprego rural. Paralelamente, observaram-se reduções nas taxas de inatividade e subemprego, confirmando uma melhoria transversal nos indicadores de empregabilidade e dinamismo económico do arquipélago, comparativamente a 2024.

Reservas Internacionais: as projeções do Banco de Cabo Verde antecipam um desempenho robusto das contas externas em 2025, com o saldo da balança corrente a atingir 5,5% do PIB e as reservas internacionais a garantirem 7,9 meses de importações. Contudo, perspetiva-se um abrandamento progressivo nos dois anos seguintes, caracterizado pela redução do excedente corrente e das entradas de financiamento. Apesar desta inversão de tendência, o stock de reservas deverá manter-se sólido, atingindo um máximo de 986 milhões de euros em 2026, antes de recuar ligeiramente em 2027, para níveis que asseguram ainda cerca de sete meses de cobertura de importação.

Turismo: no primeiro semestre de 2025, o setor do turismo evidenciou um crescimento mais moderado, com as exportações de serviços a aumentarem 12,8% e a procura internacional, medida pelas dormidas, a subir 9,4%, refletindo o abrandamento económico dos principais parceiros comerciais. O Reino Unido manteve a liderança como principal mercado emissor, representando 33,8% da procura, não obstante a desaceleração de mercados como a França e a redução proveniente da Bélgica e Países Baixos.

Remessas: as remessas de emigrantes mantiveram uma trajetória de crescimento no primeiro semestre de 2025, aumentando 3,3%, embora se denote uma desaceleração face ao período homólogo, influenciada pela inflação e pelo menor dinamismo económico nos países de acolhimento. Destaca-se o incremento dos fluxos provenientes dos EUA (7,1%) e de Portugal (6,8%), em contraste com a redução registada em França (-2,4%), projetando-se, para 2026 e 2027, um abrandamento contínuo destas transferências, em linha com o arrefecimento previsto dos mercados de trabalho internacionais e a redução do rendimento disponível.

Investimento Direto Estrangeiro (IDE): o IDE registou um crescimento expressivo de 23,7% no primeiro semestre de 2025, ascendendo a 6.178 milhões de escudos, com o capital, proveniente maioritariamente de Portugal e Itália, a concentrar-se nos setores do turismo e da imobiliária turística. Esta dinâmica, que beneficiou particularmente as ilhas de

[5] Instituto Nacional de Estatísticas – Dados do emprego

Santiago, São Vicente, Boavista e Sal, deverá, no entanto, abrandar-se em 2026 e 2027, antecipando-se um crescimento mais moderado face ao contexto de incerteza geopolítica e comercial que poderá condicionar a confiança dos investidores internacionais.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

O setor das comunicações eletrónicas em Cabo Verde atravessa um dos períodos de maior complexidade e disrupção da sua história económica e tecnológica. A arquitetura setorial encontra-se num ponto de inflexão crítico, moldado por uma transição tecnológica acelerada rumo à quinta geração móvel (5G) e pela reconfiguração das dinâmicas competitivas à escala global que, agora, penetram o mercado nacional através de operadores LEO[6]. A Cabo Verde Telecom (CVTelecom), principal operador nacional de comunicações eletrónicas, pilar histórico e principal investidor na infraestrutura de conectividade do arquipélago, muitas vezes e de forma imprevisível, vê-se na obrigação de ajustar suas ofertas comerciais, às exigências regulatórias, impactando sobremaneira, toda a cadeia dos processos operacionais do negócio da Empresa.

Neste contexto, a regulação de um setor de capital intensivo, especialmente num Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS) caracterizado por uma acentuada dispersão geográfica e pela bastante limitada economia de escala, deve sempre atuar como um vetor impulsionador do desenvolvimento económico e, por conseguinte, catalisador de novos investimentos. Regulamentos e decisões regulatórias inspiradas nas boas práticas internacionais erigem-se como um bom referencial, mas devem, sempre, ser contextualizados e alinhados aos desafios e à ambição do país.

As necessidades de investimentos que o país requer, em linha com a ambição assumida de gizar um hub tecnológico no Atlântico Médio, bem como a aposta no digital para a diversificação da economia, não estão devidamente acauteladas nas decisões regulatórias. Pois, na sua maioria, as decisões, recentemente tomadas, são de índole a inibir os investimentos. É, por conseguinte, necessário que o ecossistema regulatório evolua de uma lógica de regulação ex-ante, por ser bastante limitadora, para uma abordagem colaborativa, flexível e desenhada para fomentar o co-investimento e a proteção da infraestrutura crítica nacional.

A Análise de Mercados Relevantes e o Ónus do Estatuto de OPMS

O exercício de 2025 foi marcado pela condução e conclusão do exaustivo processo de Análise de Mercados Relevantes por parte da ARME. Através da Deliberação n.º

[6] Low Earth Orbit

38/CA/2025, de 21 de maio, a autoridade reguladora aprovou o Sentido Provável de Decisão (SPD) relativo à definição dos Mercados Relevantes no setor das Comunicações Eletrónicas, à Identificação dos Operadores com Poder de Mercado Significativo (OPMS) e à Definição das Obrigações a Impor aos Operadores com PMS.

O processo foi concluído em outubro de 2025, com a publicação do Relatório Final de Consulta Pública e a subsequente adoção das decisões regulatórias definitivas. As deliberações tomadas com base no aludido estudo, indicam a CVTelecom como um Operador com Poder de Mercado Significativo (OPMS) na esmagadora maioria dos segmentos em que atua, tanto na vertente retalhista como na vertente grossista. Enquanto OPMS, a Empresa está adstrita ao cumprimento rigoroso de um conjunto maior de exigências regulatórias e se vê mais limitada na inovação das ofertas e na defesa da sua posição competitiva no mercado.

As Taxas do Espetro Radioelétrico

O espetro radioelétrico constitui o recurso fundamental para o planeamento e expansão de qualquer rede de comunicações móveis e sem fios. Em Cabo Verde, o paradigma de gestão deste recurso, pelo Estado, tem sido historicamente norteado por uma lógica de arrecadação fiscal a curto prazo, impondo custos elevados às operadoras.

Ciente desta problemática, a CVTelecom encetou, ao longo de vários anos, um intenso esforço de advocacia para demonstrar que a redução das taxas de licenciamento de espetro era o pré-requisito irrenunciável para cumprir o desiderato governamental de democratização da internet. Em fevereiro de 2025, a ARME lançou uma consulta pública sobre o estudo de revisão destas taxas, visando adequá-las à real capacidade do mercado.

O processo culminou na publicação, no final de julho de 2025, de um pacote legislativo essencial constituído pelas Portarias n.º 28/2025 e n.º 29/2025. Este quadro normativo, cuja entrada em vigor e produção de efeitos ocorreu em 1 de janeiro de 2026, consagra uma revisão profunda e necessária do modelo tarifário para a gestão do espetro.

A Portaria n.º 29/2025 procedeu a uma redução das contribuições exigidas aos operadores em relação à tabela anterior, a qual era alvo de contestação prolongada pelos intervenientes no mercado.

Contudo, apesar desta descida, os operadores nacionais entendem que as taxas de espectro se mantêm elevadas, quando comparadas com realidades análogas a Cabo Verde ou quando comparadas com as taxas aplicáveis ao serviço de internet por satélite

A EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA EMPRESA

Pelo sétimo ano consecutivo, a Empresa registou um crescimento sustentado, consolidando uma trajetória de criação de valor e que traduz a eficácia da estratégia delineada.

Este feito é particularmente relevante considerando a maturidade do mercado de telecomunicações tradicional e a constante pressão sobre os preços derivada do ambiente regulatório e concorrencial.

No fecho do exercício, o volume de negócios da CVTelecom atingiu 6,3 milhões de contos, o que representa um crescimento de 3,3% face ao período homólogo. Este valor baseia-se numa dinâmica transversal aos vários segmentos de negócio, superando os registos históricos do período homólogo em que já se havia ultrapassado a fasquia dos 6 milhões de contos em receitas. A evolução das receitas foi impulsionada, em grande medida, pela adoção crescente dos serviços de banda larga fixa (FTTH) e pelo aumento sustentado do consumo de dados móveis, mas também, pela forte penetração de soluções avançadas no segmento corporativo (B2B) e pelas novas fontes de receita, nomeadamente no mercado internacional.

A disciplina financeira continuou a ser uma pedra basilar da atuação da gestão. A otimização transversal da base de custos (OPEX) permitiu proteger as margens operacionais, com a margem EBITDA a situar-se nos 44%, dois pontos acima do previsto. A estratégia de transformação digital interna da própria CVTelecom, suportada na automação de processos e na digitalização do atendimento ao cliente, ainda em fase de implementação, tem gerado ganhos de eficiência assinaláveis.

Adicionalmente, a Empresa demonstrou uma capacidade de gerir os seus investimentos (CAPEX) com rigor, direcionando-os para projetos com elevado impacto estratégico e que serão o *core* da atuação da Empresa nos próximos anos. De entre tais projetos, conta-se com a expansão da rede de fibra ótica e a modernização do *Core Network*, criando as condições de base para a implementação do 5G.

A gestão prudente do risco de liquidez e do endividamento permitiu à CVTelecom manter uma estrutura de capital sólida, consubstanciada na redução do stock da dívida, pelo terceiro ano consecutivo, e assim assegurando a flexibilidade financeira necessária para preparar a Empresa para os avultados investimentos que terá de concretizar no futuro próximo.

Estratégia Comercial, Gestão do Portfólio de Marcas e a Era da Convergência

A arquitetura comercial e de marketing da CVTelecom pautou-se por um dinamismo extraordinário e por uma segmentação profunda das necessidades do consumidor cabo-verdiano. A gestão do portfólio de marcas procurou maximizar a afinidade emocional com o cliente, criando propostas de valor altamente diferenciadas.

A Força das Marcas "Powa Swag" e "Alou"

A aposta contínua na marca Powa Swag, desenhada à medida das exigências e da linguagem do segmento jovem, continua a revelar-se como um sucesso comercial, ao focar-se na oferta de plafonds de dados a preços acessíveis para o consumo de redes sociais, vídeo e entretenimento. O Powa Swag consolidou-se como a marca mais relevante e com maior adesão na demografia juvenil de Cabo Verde. A linguagem disruptiva e as parcerias associadas a este universo garantiram elevados níveis de lealdade e de *recall* da marca, fundamentais para assegurar o ciclo de vida, a longo prazo, destes consumidores.

Em paralelo, a gestão da marca Alou, foi alvo de um intenso trabalho de proximidade e descentralização. Através da iniciativa de grande impacto denominada "Alou na Zona", a CVTelecom levou a sua força de vendas e a sua imagem de marca diretamente ao coração dos bairros e das comunidades. Esta estratégia de proximidade traduziu-se num sentimento de pertença e escuta ativa, resultando em níveis de notoriedade (*Brand Awareness*) e recordação espontânea (*Top of Mind*) verdadeiramente extraordinários e que colocam a marca *Alou* como a marca preferida dos cabo-verdianos.

A Afirmação como Operador Convergente

O ciclo estratégico, que agora se encerra, marca também a afirmação definitiva da CVTelecom como um operador integralmente convergente (*Multi-play*). A visão de convergência pressupõe o fim dos silos entre os produtos fixos e móveis, proporcionando ao cliente um ecossistema integrado que inclui a internet fixa (FTTH), a voz, os dados móveis e, futuramente, a televisão avançada, sob uma relação comercial única e simplificada.

Esta estratégia materializou-se em ações táticas inovadoras, com a inclusão sistemática de clientes da rede fixa nas grandes campanhas tradicionalmente orientadas apenas para o segmento móvel. O expoente desta abordagem observou-se durante a Campanha de Natal, onde o cruzamento de ofertas (*cross-selling*) alavancou as vendas em ambas as redes. A convergência é um poderoso instrumento de retenção de clientes: ao aumentar o número de serviços subscritos por agregado familiar (*Revenue Generating Units - RGUs*), a CVTelecom eleva drasticamente a conveniência para o cliente e reduz a taxa de cancelamento (*churn*) para níveis mínimos.

Dinâmica Promocional e Simplificação Tarifária

Antecipando o ano de 2025, a Empresa delineou um calendário de campanhas de elevado impacto, ancorado em momentos cruciais de consumo como o Dia dos Namorados, a campanha de Verão e o grande Sorteio de Natal. O motor diário das vendas é suportado por promoções recorrentes e altamente antecipadas pelo mercado, como as "Terças e Quartas Loucas", que estimulam picos de carregamentos de saldo e dinamizam as receitas transacionais.

No que concerne à estratégia de *pricing*, a CVTelecom adotou uma postura audaz, focada na democratização da banda larga. A empresa procedeu à reestruturação e simplificação das suas ofertas de internet fixa, trabalhando em novas e maiores velocidades de navegação, mantendo o mesmo nível de preços, consubstanciada através da comunicação: "mais valor pelo mesmo preço".

Capilaridade de Distribuição, Redes de Agentes e a Captação do Mercado Turístico

A excelência da infraestrutura e do produto requer uma máquina de vendas igualmente eficaz e abrangente. A CVTelecom investiu profundamente na dinamização dos seus canais de distribuição (físicos e digitais), reconhecendo o papel fundamental da sua vasta rede de agentes espalhada por todas as ilhas.

Incentivos e Motivação da Rede de Agentes

A relação com os revendedores, como já é habitual, foi alvo de um programa de incentivos inovador e altamente meritocrático. A empresa instituiu mecânicas de premiação apelativas que incluem o sorteio de smartphones de gama alta para agentes diretos que atingem metas de aquisição de saldo. Adicionalmente, foi lançado o prémio mensal "Saldo KF", que premeia o "Agente e o Ponto de Venda do Mês" com melhor performance comercial.

Com um foco inicial na zona Sul do país, estendendo-se posteriormente para todas as ilhas, este modelo de *gamification* empresarial tem gerado uma competição saudável entre os parceiros de distribuição. Ao partilhar os proveitos do crescimento e ao reconhecer o esforço da sua rede, a CVTelecom assegura que os seus produtos (cartões, recargas, eSIM) são ativamente promovidos e privilegiados nos pontos de venda, impulsionando a capilaridade e a captação de receitas.

O "Projeto Welcome" e a Interceção do Fluxo Turístico

O acelerado crescimento do turismo no país, bem como a excelente relação do país com a sua diáspora constituem uma oportunidade de negócio de excelência, atendendo à necessidade de conectividade imediata por parte de turistas e dos nossos conterrâneos em gozo de férias no país. Com uma visão estratégica afiada, a CVTelecom concebeu e implementou o "Projeto Welcome".

A iniciativa consubstancia-se na presença tática, moderna e funcional da marca nos pontos de chegada ao país, com natural destaque para os Aeroportos Internacionais. O objetivo é simples: intercetar a procura no "momento zero" da chegada. Com o suporte tecnológico do recém-lançado eSIM e de quiosques de atendimento célere, os passageiros desembarcados são convertidos em clientes ativos. O Projeto Welcome não só gera um fluxo considerável de receitas (roaming, venda de pacotes de dados turísticos), como eleva o prestígio da CVTelecom, ao atuar como a primeira entidade a acolher e a digitalizar a experiência de quem visita Cabo Verde.

Retalho Móvel

O mercado de retalho móvel tem apresentado sinais claros de maturidade, refletidos nos elevados níveis de penetração do serviço. De acordo com os dados do Regulador, verificou-se um crescimento ligeiro de 1,1% no número total de assinantes.

Contudo, apesar desta estabilidade no número absoluto de assinantes, a CVTelecom logrou manter a sua posição competitiva. Adicionalmente, as receitas do segmento registaram um crescimento superior, impulsionado pelo aumento expressivo no consumo de dados móveis, o que evidencia uma clara mudança nos padrões de consumo dos utilizadores.

Retalho Fixo

A receita associada ao retalho fixo, impulsionada pela procura de internet fixa e por soluções empresariais, registou um crescimento de 6% face ao período homólogo. Nos últimos anos, a CVTelecom tem investido na inovação para se manter alinhada com o estado da arte, acompanhando as rápidas mutações do setor. Num contexto onde a conectividade e as soluções digitais se tornaram essenciais para cidadãos e empresas, o acesso de alta velocidade deixou de ser um luxo para se afirmar como uma necessidade fundamental.

Neste enquadramento, o parque de internet fixa cresceu 14% em relação ao ano anterior, situando-se em pouco mais de 36 mil clientes. Deste total, o segmento FTTH atingiu 13.603 clientes, representando 37,5% da base de internet, o que traduz uma evolução positiva de 31% face ao final do ano anterior. A preferência pelos planos com tráfego ilimitado continua a predominar, abrangendo cerca de 92% dos clientes de internet fixa no final de 2025.

Consciente de que a entrada das operadoras LEO no mercado representa um risco potencial, dado que a maioria dos clientes ainda se encontra em áreas cobertas apenas pela rede ADSL (cobre), a Empresa continuou, em 2025, a investir fortemente na capilaridade da rede FTTH. No final do ano, esta rede já abrangia cerca de 42 mil casas passadas, constituindo o alicerce necessário para, nos próximos anos, concretizar a migração massiva dos clientes que ainda dependem da rede de cobre.

Paralelamente, a CVTelecom decidiu aumentar as velocidades oferecidas aos clientes sem alterar o tarifário (*pricing*). Esta estratégia serve o duplo propósito de defender a quota de mercado neste serviço estratégico e, simultaneamente, melhorar a experiência de utilização. De igual forma, a Empresa encontra-se em processo de revisão das suas ofertas de banda larga, tanto para o segmento residencial como para o empresarial. O objetivo é disponibilizar velocidades significativamente superiores às atuais, abrindo caminho para uma experiência de internet de excelência, preparada tanto para o entretenimento como para futuros serviços e ofertas.

O parque de Voz Fixa da CVTelecom situou-se nos 61.963 assinantes, refletindo uma estagnação face ao ano anterior. Tratando-se de um serviço em declínio estrutural, a estabilidade da base de clientes deve-se, sobretudo, à estratégia de *Bundling* do serviço VoIP, integrado nos pacotes de serviços. Atualmente, os acessos suportados pela tecnologia VoIP representam já 66% do total.

Relativamente ao parque de TV por assinatura, registou-se um crescimento de 4,4% comparativamente ao final de 2024. O desempenho deste serviço continua, contudo, fortemente condicionado pela presença de operadores não licenciados no mercado, que comercializam conteúdos pirateados a custos reduzidos, afetando a competitividade da oferta da Empresa.

Setor Empresarial

A evolução dos negócios da CVTelecom foi fortemente impulsionada pelo segmento B2B, que viu as receitas associadas ao segmento aumentar cerca de 6% face ao ano transato. Contudo, no desempenho do segmento, constata-se um cenário de contrastes, marcado, por um lado, pelo forte dinamismo em contas ligas a setores da economia como o turismo e, por outro lado, por desafios operacionais que impactaram o cumprimento das metas globais de soluções ICT. O volume de negócios foi impulsionado essencialmente por quatro áreas-chave. A Administração Pública destacou-se pela necessidade de modernização e transição digital, exigindo infraestruturas de telecomunicações robustas. Em paralelo, a Hotelaria e o Turismo investiram significativamente, sobretudo no terceiro trimestre, na melhoria de infraestruturas, soluções de internet de alta velocidade e equipamentos de controlo de acessos. Adicionalmente, o setor da Banca e Seguros cresceu, fruto da entrada de novos *players* e da exigência de securização das redes corporativas, acompanhado também por um volume de negócios relevante na área de Transportes e Logística.

Roaming in

O segmento de Roaming In apresentou um desempenho positivo, registando um crescimento de 22% face ao período homólogo. Este resultado acompanhou a retoma do turismo e beneficiou de um cenário de maior estabilidade contratual em 2025, ano em que a

operação não foi tão impactada pela revisão de acordos e reajustamentos de *pricing* como se verificou em 2024.

No contexto de mercado, mantém-se a tendência global de redução tarifária para incentivar o consumo. Para sustentar a sua competitividade, a CVTelecom ajustou as suas tarifas de roaming, mas, ao contrário do exercício anterior, o crescimento expressivo no volume de tráfego em 2025 foi suficiente para compensar a erosão do preço unitário, resultando num impacto líquido positivo na receita.

Para consolidar esta trajetória de crescimento, a Empresa mantém o foco na negociação contínua com operadores internacionais e na monitorização rigorosa dos acordos de descontos, assegurando a otimização constante das margens de receita.

Circuitos

O *stream* de circuitos alugados registou um desempenho positivo, com um crescimento de 10% na receita face a 2024. Este resultado deveu-se, essencialmente, ao aumento da procura de capacidade por parte das empresas de retalho e ao facto de o exercício de 2025 não ter sido afetado por decisões regulatórias adversas, ao contrário do que se verificou no ano precedente.

Quanto à perspetiva futura, mantém-se o cenário de possíveis reduções adicionais nos preços tabelados da ORCE e da ORCA. Contudo, a dinâmica comercial de 2025 revela que a estratégia de expansão de capacidade junto dos retalhistas é um fator determinante para manter a sustentabilidade deste *stream* que é suportado através de avultados investimentos, nomeadamente no sistema de cabos submarinos interilhas.

Participação em Eventos

O período em revista fica indelevelmente marcado pela forte participação da CVTelecom em eventos estratégicos, tanto a nível nacional como internacional, com o objetivo de promover a marca, captar oportunidades de negócio e estabelecer parcerias. Em linha com o seu plano estratégico, a Empresa tem vindo a promover ativamente as potencialidades do HUB Digital de Cabo Verde. Mais do que uma narrativa, este ensejo, tem ganho forma e representa um fluxo de receita em expansão, com perspetivas de crescimento bastante relevantes, a médio e longo prazo.

A execução desta estratégia materializou-se num roteiro abrangente, destacando-se as seguintes iniciativas:

Africa GCCM: A CVTelecom assumiu, pelo segundo ano consecutivo, o papel de anfitriã no Africa GCCM, realizado na Ilha do Sal. O evento reuniu mais de 170 participantes e representantes de 23 países, consolidando a Empresa como líder regional e facilitadora do ecossistema de conectividade. A ocasião proporcionou painéis de discussão cruciais sobre

o futuro dos Data Centers regionais e as novas exigências digitais das infraestruturas submarinas.

***Capacity* LATAM:** com o intuito de alargar a sua rede de contactos e fortalecer a sua presença no mercado latino-americano, a Empresa marcou presença no Capacity LATAM 2025, em São Paulo. A participação focou na identificação de tendências emergentes, como o 5G e a cibersegurança, e no fortalecimento de relações comerciais com parceiros estratégicos globais.

GSMA WAS #21 e ITW: a participação no grupo de trabalho estratégico GSMA WAS #21, no Dubai, permitiu a abertura de novas oportunidades de interligação e a atualização de acordos de roaming. Complementarmente, a presença na International Telecoms Week (ITW) 2025, em Washington D.C., reforçou o papel de Cabo Verde como um hub confiável para as telecomunicações internacionais, privilegiando a negociação no mercado grossista e as oportunidades via cabos submarinos e Pontos de Troca de Tráfego (IXPs).

***Atlantic Convergence* e *AfricaCom*:** A participação no *Atlantic Convergence 2025,* em Lisboa, constituiu um palco maior para a promoção da sua infraestrutura internacional (cloud, data centers e cabos). Em África, a presença com stand institucional no *AfricaCom* (Africa Tech Festival), na Cidade do Cabo, ampliou a visibilidade da CVTelecom como um dos principais players de conectividade da África Ocidental.

Feira Internacional de Cabo Verde (FIC): A nível nacional, a participação na FIC evidenciou o reforço da marca "Alou Negócios" junto do mercado cabo-verdiano. Através de um stand com dinâmicas interativas e demonstrações ao vivo, a Empresa fortaleceu laços com clientes corporativos e recolheu *feedback* fundamental, reafirmando a sua missão de ser a parceira tecnológica de excelência para o sucesso das empresas nacionais.

GESTÃO DE RISCOS & OPORTUNIDADES

Estrutura e governança da gestão de risco na CVTelecom

A gestão de riscos na Cabo Verde Telecom constitui um pilar fundamental da estratégia e da governança corporativa da Empresa, estando orientada para a salvaguarda de ativos, a continuidade das operações e a criação de valor, a longo prazo. Consciente de que o setor das telecomunicações opera num ecossistema complexo e em mutação acelerada, a Empresa estruturou um Sistema de Controlo Interno robusto, transversal a toda a organização.

A operacionalização deste sistema de gestão e mitigação de riscos é garantida pela atuação coordenada e complementar de diversas áreas chave e departamentos funcionais da CVTelecom:

- **Auditoria e Controlo interno**: atua como elemento central no reforço da governança corporativa e na garantia da conformidade normativa. Este departamento, que reporta funcionalmente ao Conselho de Administração, foca-se na mitigação dos riscos operacionais e na salvaguarda dos ativos físicos e das informações sensíveis da organização.
- **Gestão da Qualidade:** assume a responsabilidade de coordenar o Plano de Atividades do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que, de entre as suas atribuições, se destaca a de garantir a conformidade com as certificações de qualidade através da realização de auditorias internas e da coordenação de auditorias externas ao sistema. Adicionalmente, assegura o cumprimento dos processos instituídos em todos os níveis da empresa, sendo responsável pela gestão e atualização do Manual da Qualidade e de toda a documentação de suporte associada.
- **Planeamento e Controlo de Gestão & Revenue Assurance:** garante a monitorização da execução dos planos de ação, orçamentos e previsões operacionais, bem como o cumprimento do plano estratégico. Integrada nesta estrutura, a equipa de Revenue Assurance (Garantia de Receita) exerce um controlo vital sobre a utilização das redes, atuando de forma incisiva no combate a potenciais fraudes de subscrição e na identificação de anomalias de consumo.

- **Sistemas de Informação:** opera na linha da frente da gestão do risco tecnológico associado aos sistemas de informação, com especial enfoque no risco de cibersegurança. Através do recurso a indicadores e alertas em tempo real, gere, ao

nível operacional, os riscos de interrupção de serviço e eventuais incidentes de segurança.

- **Jurídica e de Regulação:** dada a forte regulação do setor, esta área, em articulação com consultores especializados e a comissão interna responsável pelas questões regulatórias, acompanha permanentemente a evolução do enquadramento legal e regulatório. A monitorização contínua permite à CVTelecom, não só antecipar potenciais riscos de compliance, mas também mapear oportunidades que reforçam a sua posição competitiva no mercado.

- **Marketing & Customer Intelligence**: utiliza ferramentas avançadas de tratamento de informação, suportadas em Advanced Analytics e Big Data, que funcionam como os grandes facilitadores para a melhoria operacional e para uma tomada de decisão ágil e baseada em dados por parte da gestão.

Riscos: identificação, iniciativas de mitigação e oportunidades

No âmbito do seu ciclo de avaliação de risco, a CVTelecom identificou as principais áreas de exposição ao risco, bem como as respetivas iniciativas estratégicas de mitigação já implementadas, que não só protegem a organização, como alavancam novas oportunidades de negócio.

Envolvente Económica

- **Risco Identificado:** a Empresa encontra-se exposta a conjunturas geopolíticas globalmente desfavoráveis, derivadas das consequências de conflitos internacionais (como na Ucrânia e no Médio Oriente), que geram pressões inflacionistas na estrutura de custos, bem como variações imprevisíveis no custo da energia e das matérias-primas.
- **Iniciativas Implementadas:** de forma a atenuar estes impactos, a gestão tem apostado na otimização rigorosa da estrutura de custos de operação, na renegociação ativa de contratos com fornecedores e na monitorização constante dos preços dos materiais. Adicionalmente, foram implementadas medidas abrangentes para reduzir o consumo de energia na infraestrutura de rede e nos edifícios corporativos.
- **Oportunidades:** este contexto acelerou a implementação do programa de Hybrid Power. Estas ações resultam numa otimização de custos e materializam-se numa

redução da pegada de carbono da empresa, alinhando a operação com as métricas de sustentabilidade ambiental.

Concorrência e Dinâmica de Mercado

- **Risco Identificado:** o setor apresenta uma intensidade concorrencial elevada, potenciada pelo risco da entrada de novos operadores no mercado e pelo desafio inerente à retenção de clientes, fatores que poderiam originar a perda de quota de mercado.
- **Iniciativas Implementadas:** a Empresa continuou a apostar numa forte estratégia de diferenciação e inovação do seu portfólio. Foi fomentado o cruzamento de ofertas convergentes entre os universos de negócio da empresa (marca corporativa Alou) e reforçado o desenvolvimento de novas soluções para os segmentos empresarial (B2B) e particular (B2C), como atestam, a restruturação, a simplificação, o lançamento de ofertas (ainda em progresso devido a questões regulatórias) e o aumento das velocidades na internet fixa.
- **Oportunidades:** a pressão concorrencial funcionou como um catalisador para a exploração de novas áreas de negócio complementares e para a participação ativa da empresa na economia digital e nas soluções ligadas ao digital.

Risco Legal e Regulatório

- **Risco Identificado:** a possível alteração da legislação e regulamentação aplicável pode aumentar a carga e o escrutínio regulatório sobre a operação, expondo a Empresa a dificuldades/reformulação no *deployment* da sua estratégia.
- **Iniciativas Implementadas:** para garantir um rigoroso cumprimento normativo (*compliance*), a Empresa recorre sistematicamente a consultoria externa especializada e conta com a forte intervenção de comissões internas devidamente habilitadas e experientes nas temáticas de regulação setorial.
- **Oportunidades:** a análise permanente do ecossistema regulatório tem permitido a realização de *benchmarks* internacionais e a adaptação atempada a tendências globais do setor, melhorando a preparação estrutural e a posição competitiva global da empresa.

Gestão de Talento (Recrutamento e Retenção)

- **Risco Identificado:** face a um mercado de trabalho cada vez mais globalizado e a escassez de profissionais com perfis tecnológicos e digitais, aumenta o risco de perda de talentos, o que poderá comprometer a capacidade de inovação e operação técnica da empresa.

- **Iniciativas Implementadas:** a nível dos processos de gestão de pessoas a Empresa introduziu iniciativas de melhoria tais como o programa *Workbalance,* a gestão de sucessão e a retenção de conhecimento interno.

- **Oportunidades:** as políticas adotadas solidificaram a satisfação e o bem-estar dos colaboradores e posicionaram a CVTelecom como uma entidade com elevada capacidade de atração de talento em concursos nacionais, promovendo paralelamente a diminuição dos custos diretos e indiretos associados à rotação e substituição de recursos humanos essenciais.

Disponibilidade, Resiliência e Continuidade de Negócio

- **Risco Identificado:** o risco operacional de indisponibilidade de plataformas críticas, bem como a incapacidade de manter as operações vitais na eventualidade de desastres naturais, falhas severas de rede, constrangimentos financeiros ou perturbações massivas.
- **Iniciativas Implementadas:** a Empresa manteve, nos últimos anos, um elevado ritmo de investimentos (CAPEX) na modernização e introdução de sistemas redundantes. Destaca-se a modernização dos Data Centers corporativos, a salvaguarda da redundância nas ligações internacionais, com a entrada em funcionamento do Cabo Ellalink e os estudos para mais ligações, a médio prazo.
- **Oportunidades:** o planeamento antecipado melhorou exponencialmente a capacidade de resposta e resiliência a incidentes, prevenindo a sua escalada para níveis de crise e protegendo de forma cabal a confiança no serviço e a imagem institucional perante a sociedade.

Cibersegurança

- **Risco Identificado:** a elevada exposição da rede, das infraestruturas e dos sistemas a ataques cibernéticos globais e externos (como *ransomware* e *phishing*), cujo principal objetivo seria comprometer os dados corporativos e provocar a interrupção no fornecimento de serviços críticos à comunidade e ao Estado.
- **Iniciativas Implementadas**: a Empresa delineou um programa estratégico de segurança da informação que, nos próximos anos, melhorará significativamente o seu perfil de cibersegurança. Paralelamente, a organização encontra-se em processo de nomeação de um CISO (*Chief Information Security Officer*), reforçando a estrutura orgânica da equipa de cibersegurança e aumentando o investimento em ferramentas tecnológicas de prevenção.

- **Oportunidades:** a robustez na proteção das redes poderá converter-se num pilar de confiança para a base de clientes, impulsionando, comercialmente, uma nova linha de serviços focados em fornecer soluções de *cybersecurity* integradas para o mercado corporativo (B2B).

Inovação Tecnológica

- **Risco Identificado:** o risco inerente ao desenvolvimento tecnológico incide na potencial incapacidade de acompanhar a acelerada evolução da indústria, muitas vezes com disrupções (como o 5G, soluções orientadas para Cloud, internacionalização e *Managed Services*), comprometendo a rentabilização dos elevados investimentos efetuados.
- **Iniciativas Implementadas:** a resposta estratégica concretizou-se na continuação da preparação técnica da empresa para a era do 5G (com a atualização para o *Core*), no forte impulso comercial dado à tecnologia eSIM, na modernização agressiva com redes fibra e num enriquecimento das ofertas Cloud B2B (alojamento, Co-location e diversificação dos PoP - Pontos de Presença - Internacionais). A concretização de parcerias estratégicas tem-se revelado um fator preponderante na gestão dos riscos tecnológicos associados.
- **Oportunidades:** a execução desta vertente tecnológica confere à CVTelecom os atributos necessários para reforçar a liderança nacional, alicerçar o processo de internacionalização operacional e incorporar, organicamente, motores de Inteligência Artificial como prioridade estratégica no triénio.

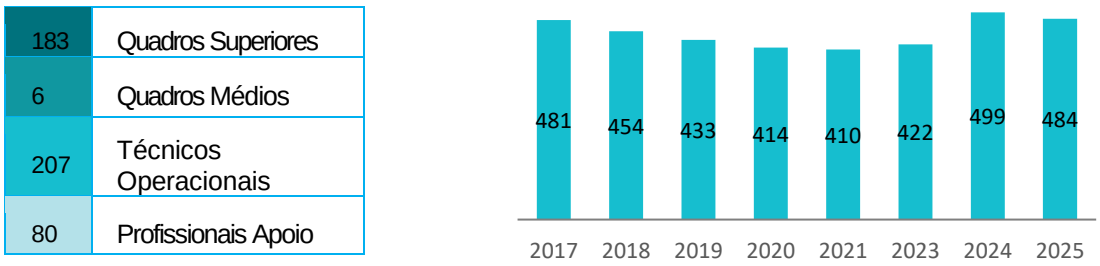
RECURSOS HUMANOS

A CVTelecom reconhece inequivocamente que a sua performance tecnológica e liderança de mercado são o reflexo direto da dedicação, do talento e da resiliência das suas Pessoas. No reconhecimento do valor estratégico vital dos Recursos Humanos para enfrentar as exigências do crescimento e da transformação digital, a Empresa continuou a promover um ambiente de trabalho pautado pelo desenvolvimento contínuo, inclusão, equidade e valorização do talento.

O ano de 2025 ficou marcado por uma estratégia de otimização orgânica e adequação da estrutura de pessoal. A empresa encerrou o período com um total de 484 colaboradores, o que representa um ajustamento em prol da eficiência face aos 499 registados no período homólogo de 2024. A idade média da força de trabalho manteve-se em torno dos 45 anos, evidenciando um equilíbrio entre o profundo know-how histórico do setor e a necessária renovação geracional de talento.

A distribuição socioprofissional e hierárquica reflete uma organização que, cada vez mais, aposta na qualificação dos seus colaboradores. O quadro de pessoal é constituído por 38% de Quadros Superiores (QS), 1% de Quadros Médios (QM), 43% de Técnicos Operacionais (TO) e 17% de Pessoal Administrativo (PA). Em termos de tipologia de vínculo, a Empresa demonstra flexibilidade na gestão da sua capacidade, contando com 53% do seu pessoal nos quadros efetivos, 20% através de contratos a termo e 27% apoiada em parcerias de outsourcing (focadas fortemente no terreno e operações logísticas). De salientar, ainda, a deliberação estratégica de integração nos quadros dos Técnicos Operacionais (TO) com mais de 2 anos de casa e desempenho igual ou superior à média, premiando a meritocracia e a lealdade.

Gráficos 4: Overview Força Laboral



A distribuição por grupo etário mostra que 37 por cento dos colaboradores têm até 40 anos, 32 por cento estão entre 41 e 49 anos, enquanto 33 por cento têm 50 anos ou mais. A estrutura da força laboral, por género, revela, ainda, a predominância masculina, com 73 por cento de homens e 27 por cento por mulheres (+ dois pontos percentuais face a 2024). No entanto, esta predominância é explicada pelo facto de os colaboradores dos serviços de *field force operations* serem, predominantemente, do sexo masculino.

Em 2025, verificou-se um decréscimo do número de colaboradores em todas as categorias profissionais, com impacto mais significativo nos Quadros Médios (-33%) e nos Profissionais de Apoio (PA) (-11%), refletindo sobretudo saídas associadas a processos de reforma.

Registou-se igualmente um aumento global das saídas, com maior peso das reformas, que representaram 52% do total, e dos pedidos de rescisão, correspondendo a 39%. Relativamente às entradas para reforma no mesmo ano, constata-se que 47% decorreram de especialistas da categoria de TO, seguidos de 27% provenientes de Quadros Médios, 20% de Quadros Superiores Seniores e 7% de profissionais de apoio especializado. Adicionalmente, importa salientar que existem atualmente 22 colaboradores inscritos na

listagem de Pré-Reformados, o que reforça a relevância de uma monitorização contínua da evolução demográfica e das necessidades de reposição de recursos.

Em relação aos benefícios e investimentos sociais, a CVTelecom destinou um total de 28.214 contos em 2025, registando um decréscimo face ao período anterior. Deste montante, a maior parte foi canalizada para apoios no âmbito do Fundo Social, com destaque para as áreas de saúde, encargos extraordinários e habitação, mantendo-se igualmente um peso relevante dos empréstimos destinados à aquisição de telemóveis.

O processo de recrutamento e integração apresentou resultados positivos em 2025, com um índice de preenchimento de vagas, dentro do prazo, de 55%. A satisfação com o acolhimento e integração registou uma evolução face ao ano anterior, passando de 4,2 em 2024 para 4,3 pontos em 2025, refletindo melhorias no acompanhamento dos novos colaboradores. Adicionalmente, a taxa de turnover manteve-se em níveis saudáveis (6,4%), permitindo uma renovação natural de talentos sem comprometer a estabilidade operacional.

Investimento na Formação

O investimento em formação e desenvolvimento manteve-se como uma prioridade em 2025, embora se tenha registado uma redução no total de horas de formação por colaborador, que passou de 23,3 horas em 2024 para 16,7 horas em 2025, mantendo-se, ainda assim, em linha com a meta definida (16,0 horas). No âmbito das necessidades formativas, foram identificadas 195 ações no Plano Estratégico Indicativo, das quais 56 foram priorizadas, acrescendo ainda 117 formações realizadas em regime extraplano, refletindo a capacidade de resposta a necessidades emergentes.

A maior parte das ações formativas continuou a ser desenvolvida em formato presencial (88%), enquanto 11% ocorreram remotamente e apenas 1% em modelo misto. Observou-se, igualmente, maior recurso a formadores externos, com 107 ações em 2025, face a 72 realizadas por formadores internos, evidenciando uma aposta em competências especializadas. Em termos financeiros, os investimentos em formação registaram reforço no plano estratégico, destacando-se a execução de 15,7 milhões de escudos em 2025, comparativamente a 6,8 milhões em 2024, demonstrando o alinhamento da política formativa com os objetivos estratégicos e de desenvolvimento organizacional.

Gestão de Desempenho, Liderança e Desenvolvimento de Talento

O investimento no desenvolvimento de competências para reter o talento constitui um pilar inalienável da CVTelecom. Durante o ano de 2025, o plano de capacitação resultou na execução de 173 processos de Formação e Eventos, abrangendo múltiplas áreas técnicas e transversais cruciais para o *upskilling* da força de trabalho.

No domínio da liderança, peça central para a transformação cultural ágil e digital pretendida, a Empresa realizou um "*Assessment* de Perfil das Lideranças", seguido da socialização de Dashboards junto do Conselho de Administração e da realização de Workshops executivos. Estas iniciativas asseguram que as chefias estão capacitadas para conduzir as suas equipas através dos desafios futuros.

A cultura de reconhecimento e feedback materializou-se na conclusão do Ciclo de Avaliação de Desempenhos referente a 2024, que culminou com a atribuição de progressão na carreira a 75 colaboradores. O compromisso com a partilha do sucesso corporativo ficou igualmente demonstrado com a atualização salarial transversal (CVT - SICS 2025) na ordem dos 2% e com o pagamento pontual do Prémio de Produtividade aos colaboradores no mês de novembro, fatores essenciais para os elevados índices de motivação interna.

Bem-Estar, Saúde Ocupacional e Gestão Estratégica do Absentismo

A qualidade de vida e o bem-estar das equipas assumiram um papel de destaque na agenda estratégica da Empresa. Ciente das tendências globais e dos desafios internos, nomeadamente a constatação de um ligeiro aumento do absentismo, predominantemente motivado por questões de saúde a CVTelecom continuou apostada no reforço da sua política de apoio nesta área, bem como na realização de diversas workshops relacionados a saúde física e mental.

A atribuição de benefícios organizacionais funciona hoje como um diferencial competitivo fundamental da CVTelecom no mercado de trabalho. Em 2025, a Empresa aumentou de o valor alocado aos benefícios, direcionando 86,6% dessa verba para o vetor da saúde. O portfólio de apoios evoluiu não só para englobar as tradicionais avenças médicas, comparticipação de exames e kits de farmácia, mas também foi enriquecido com a introdução de novos benefícios vitais: o financiamento de Ginásios (representando 17,1% dos custos) e o inovador Apoio Terapêutico/Psicossocial.

Complementarmente, foram promovidas Inspeções Médicas, com enfoque nos colaboradores 45+ e naqueles que realizam Trabalhos em Altura ou em Espaços Confinados, e realizada uma Feira da Saúde. Este pacote integrado visa mitigar ativamente as causas raiz do absentismo. Em paralelo, e para modernizar a atração de talentos,

A CVTelecom enfrenta desafios relevantes na gestão de Recursos Humanos, num contexto marcado pelo aumento das saídas para reforma, com impacto potencial em postos críticos e na sustentabilidade do conhecimento organizacional. Paralelamente, verifica-se uma tendência crescente de absentismo, com destaque para a incidência de doença remunerada e para o aumento das ausências injustificadas, o que reforça a necessidade

de adoção de mecanismos de acompanhamento e prevenção. Acresce ainda o risco de evasão de talentos e a escassez de perfis qualificados no mercado, fatores que poderão acentuar-se nos próximos anos, sobretudo tendo em conta que uma parte significativa das lideranças se aproxima da idade de reforma no horizonte 2026–2027.

Apesar destes constrangimentos, a Organização registou indicadores globalmente positivos na renovação e estabilidade da força de trabalho, mantendo uma taxa de turnover anual saudável (6,4%) e níveis elevados de satisfação no acolhimento e integração. No domínio da formação e gestão do conhecimento, foram promovidas diversas sessões internas e iniciativas estratégicas, com forte predominância de ações presenciais e recurso crescente a formadores externos, assegurando a atualização de competências críticas. Destaca-se igualmente o esforço de modernização dos processos de gestão de tempos e assiduidade, bem como a dinamização das atividades da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e o reforço de medidas de saúde e bem-estar organizacional.

Perspetiva-se para o primeiro semestre de 2026 a continuidade deste percurso de consolidação, com o lançamento do Inquérito de Clima Social, a socialização dos resultados do *assessment* de potencial das lideranças, a partilha das conclusões das entrevistas de saída com as áreas, a apresentação de uma proposta estruturada de gestão de talentos e sucessões, a realização de oficinas de KPI's no ciclo de 2025 e a integração da equipa de Recursos Humanos no projeto de upgrade do SAP. Estas ações visam assegurar a continuidade operacional, mitigar riscos associados à saída de recursos críticos e reforçar a capacidade da CVTelecom em atrair, desenvolver e reter talento, garantindo a sustentabilidade do capital humano no médio prazo.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A CVTelecom reafirma o seu elevado compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social corporativa ao longo de 2025, desenvolvendo e consolidando iniciativas que visam gerar impactos positivos e tangíveis na comunidade, no meio ambiente e no ecossistema laboral. O programa de Sustentabilidade e Responsabilidade Social da Empresa abrange investimentos estratégicos em projetos sociais, ações ambientais, promoção do bem-estar e donativos, promovendo um desenvolvimento sustentável e estritamente alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O nível de realização reflete uma gestão dinâmica do portefólio, compensando o adiamento de alguns projetos planeados com a execução de novas iniciativas e a continuidade de financiamentos estruturantes. O programa abrangeu um total de 40 projetos, dos quais 32

se encontram em curso, distribuídos por eixos de intervenção prioritários como a Promoção Social, a Saúde, a Educação, o Ambiente e a Sociedade da Informação.

Neste contexto, a CVTelecom manteve uma forte proximidade com a sociedade civil, tendo registado 310 pedidos espontâneos de apoio, ao longo do ano. Destes, a maioria teve origem na ilha de Santiago, mantendo-se uma predominância de solicitações de natureza individual. A Empresa deferiu 77 destes pedidos (cerca de 24,8%), direcionando os seus apoios, predominantemente, para as áreas da Cultura, da Educação/Formação, do Desporto e da Promoção Social. O investimento global em Patrocínios e Donativos ascendeu a cerca de 87,4 milhões de escudos no acumulado dos nove meses, reforçando a responsabilidade da Empresa no financiamento de iniciativas de interesse público e no apoio às comunidades.

A nível de ações de cariz social e educativo, destacou-se a continuidade do apoio às camadas mais jovens, nomeadamente através da provisão de mochilas personalizadas para o projeto de Kits Escolares da FICASE, bolsas de estudos aos estudantes universitários, bem como a promoção de iniciativas internas de engajamento, como o projeto "Abraço Front Office".

A vertente ambiental e de conformidade continuou a ser um pilar central da atuação da Empresa. O ano de 2025 ficou marcado pelo arranque do Projeto de Gestão de Resíduos, uma iniciativa crucial para a redução da pegada ecológica das operações. Para o reforço desta vertente, a Empresa tem em perspetiva a implementação do Projeto Econect, em parceria com a Noctiluca, e a adoção da Plataforma GES, uma solução tecnológica desenhada para assegurar uma gestão estratégica e integrada da sustentabilidade.

O balanço das ações de sustentabilidade da CVTelecom em 2025 reflete uma estratégia focada e resiliente. Para o futuro, a Empresa compromete-se a aprofundar o seu Programa de Voluntariado, através de campanhas nacionais como a Doação de Sangue, "Limpar Cabo Verde" e campanhas de vacinação, e a reforçar as suas políticas de governança e ética corporativa, com ações de sensibilização previstas para as áreas dos Direitos Humanos e do Plano de Igualdade de Género. Este percurso assegura um alinhamento cada vez mais robusto entre a operação da CVTelecom e os desafios globais da sustentabilidade.

ATIVIDADE DE INVESTIMENTO

O ano de 2025 caracterizou-se pela continuidade da aposta estratégica na modernização tecnológica, na expansão das infraestruturas de rede e no reforço da resiliência operacional da CVTelecom. Num contexto desafiante, marcado por constrangimentos nas cadeias logísticas globais, instabilidade energética e a necessidade de consolidação pós-incidente

de cibersegurança (2024), a Empresa priorizou projetos estruturantes focados na transformação digital e na garantia da continuidade de serviços.

A execução do plano de investimentos refletiu um alinhamento com a estratégia de internacionalização e melhoria da experiência do cliente, destacando-se o reforço das infraestruturas de TI, Datacenters e Energia, bem como a expansão das redes de acesso fixo e móvel.

Investimentos na Rede de Acesso Móvel e Fixa

No segmento móvel (MBB) os investimentos visaram a densificação e a modernização da rede 4G, com o objetivo de assegurar uma cobertura populacional abrangente e elevados padrões de qualidade de serviço num contexto de crescimento do tráfego de dados nesta tecnologia, que já representa cerca de 79% do volume total processado. Em 2025 a cobertura populacional da rede 4G atingiu os 90,97%.

Na rede fixa (FBB) o foco manteve-se na expansão da fibra ótica (FTTH) e na migração tecnológica da rede de cobre. O ano encerrou com um acréscimo de 3.864 casas passadas, totalizando um progresso físico de 88% nos projetos planeados. Projetos estruturantes como o AirPON em São Filipe e Porto Novo, bem como a requalificação do anel de fibra ótica São Domingos –Tarrafal, registaram progressos, com previsão de entrada em operação em 2026. A migração de clientes para a rede de fibra continuou a ser uma prioridade, com cerca de 3.787 migrações de ADSL para FTTH realizadas durante o ano.

Investimentos em Sistemas de Informação e Transformação Digital

No domínio de Sistemas de Informação as atividades foram direcionadas para iniciativas de elevado impacto estratégico e eficiência operacional. A implementação de soluções de Automação de Processos (RPA) destacou-se pela sua relevância na melhoria da eficiência operacional.

Entre as principais realizações, destacam-se:

- **API Manager:** implementação de uma plataforma centralizada para gestão de APIs, garantindo maior segurança e escalabilidade na integração com parceiros.
- **Gateway de Pagamento**: desenvolvimento de uma solução própria para gestão de transações digitais, reduzindo a dependência de fornecedores externos e custos operacionais.
- **Segurança da Informação**: conclusão de projetos críticos de segurança de dados (*Data Security Rest* & Transit) e gestão de acessos privilegiados (PAM), reforçando a postura de cibersegurança da empresa.
- **eFatura**: consolidação do ecossistema de faturação eletrónica, com melhorias significativas dos tempos de processamento.

Infraestruturas Internacionais e Resiliência

A nível das infraestruturas de suporte e conectividade internacional, a CVTelecom manteve o foco na garantia da disponibilidade dos sistemas de cabos submarinos. Foram realizadas ações de manutenção preventiva e upgrades nos sistemas WACS e EllaLink, além da monitorização contínua das infraestruturas terrestres e marítimas.

Em 2025 prosseguiram os estudos e as negociações para a participação em novos projetos de cabos submarinos, visando reforçar o posicionamento de Cabo Verde como um hub de conectividade digital no Atlântico Médio. Adicionalmente, priorizou-se a substituição de segmentos críticos do cabo submarino interilhas, com o lançamento de um concurso internacional para o efeito. No entanto, devido a questões relacionadas com a adequabilidade das propostas, o concurso foi cancelado, estando a Empresa a estudar alternativas para assegurar a rápida implementação do projeto.

No âmbito da resiliência energética foram lançados projetos vitais como o Power Praia e Power Mindelo, visando dotar os centros nevrálgicos da Empresa (Data Centers da Praia e Mindelo) de maior autonomia e robustez, face às falhas da rede pública.

A ESTRATÉGIA DE CRIAÇÃO DE VALOR

O balanço do ciclo estratégico de 2023-2025 evidencia uma trajetória de inegável sucesso nos eixos fundamentais de atuação da Empresa. Num ambiente macroeconómico e tecnológico em rápida transformação, a atuação da CVTelecom pautou-se por uma estratégia assente em três pilares centrais, desenhados para gerar valor de forma transversal e partilhada com todos os *stakeholders*:

- Proposta de Valor;
- Inovação e Modernização;
- Sustentabilidade.

A atuação da Empresa, em estreito alinhamento com os pilares referidos, permitiu manter a liderança nos principais segmentos de mercado. Ao longo deste ciclo, registámos um crescimento sustentado e transversal a todas as áreas de negócio. Aportámos soluções inovadoras ao mercado, com destaque para a massificação das redes de nova geração (fibra ótica/FTTH) e para o reforço contínuo da qualidade e cobertura da rede móvel.

Paralelamente, encetou-se o processo de digitalização das operações, com um foco especial na otimização e modernização dos canais de contacto e interação com o cliente. Foi, também, neste triénio que se deu passos decisivos na internacionalização das operações, aproveitando a localização geoestratégica do país, para reforçar o papel de Cabo

Verde como um hub digital e de conectividade internacional. Como corolário deste esforço contínuo de modernização e resiliência, a Empresa apresenta-se hoje como uma organização substancialmente mais valiosa, cumprindo com rigor o seu desígnio primordial de criação de valor.

Perspetivas para o Próximo Triénio

Apesar dos marcos alcançados, existe plena consciência de que o processo de criação de valor é contínuo e dinâmico. O sucesso do ciclo 2023-2025 serviu de base para uma reavaliação profunda, que culminou na reafirmação da visão estratégica para o próximo triénio.

Para os próximos anos, a estratégia continuará orientada para preparar a Empresa para um futuro caracterizado por uma economia global cada vez mais interligada e digital. Sem descurar a estabilidade e a segurança das operações correntes, as perspetivas futuras centram-se nos seguintes vetores de continuidade:

Aprofundamento do Ecossistema Digital: acelerar a transição de um operador tradicional de telecomunicações para um provedor integrado de serviços e soluções digitais, promovendo a literacia digital e a inclusão tecnológica da sociedade.

Aposta na Monetização do Posicionamento Estratégico: continuar a explorar as vantagens do posicionamento do país a vários níveis, fortalecendo parcerias estratégicas que garantam a redundância, a capacidade e a inserção da Empresa nos grandes corredores globais de dados.

Eficiência e Resiliência operacional: manter o investimento na modernização das infraestruturas críticas e na automação de processos, assegurando níveis de excelência na qualidade de serviço, com um forte compromisso com a cibersegurança e a transição energética das operações.

A Empresa inicia, assim, o novo ciclo estratégico com a solidez financeira e a maturidade tecnológica necessárias para continuar a liderar a transformação digital, gerando dividendos tecnológicos, económicos e sociais para o país e para os seus acionistas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise económica e financeira da Empresa, tendo por base as Demonstrações Financeiras, sintetiza os resultados alcançados no exercício findo a 31 de dezembro de 2025, bem como a situação patrimonial e financeira àquela data. A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as Demonstrações Financeiras e Anexos Individuais.

Demonstração dos Resultados[1]	2024	2025	% Δ
Rendimentos Operacionais [2]	**6.104**	**6.308**	**3,3%**
Gastos Operacionais, Excluindo Amortizações	**(3.329)**	**(3.563)**	**7,0%**
Gastos Comerciais	(355)	(383)	7,9%
Gastos Diretos	(230)	(222)	(3,5%)
Gastos com Pessoal	(1.172)	(1.171)	(0,1%)
Gastos Administrativos	(837)	(831)	(0,7%)
Gastos com Manutenção & Reparação	(291)	(407)	39,9%
Outros Gastos Operacionais	(444)	(549)	23,5%
EBITDA	**2.775**	**2.745**	**(1,1%)**
Amortizações e depreciações	(1.686)	(1.527)	(9,4%)
Resultado Operacional	1.089	1.218	11,8%
Outros Rendimentos e Ganhos	111	98	(12,1%)
Outros Gastos e Perdas	(494)	(567)	14,7%
Resultados Antes de Impostos	**706**	**749**	**6,1%**
Imposto Sobre o Rendimento	(68)	125	n.a.
Resultado Líquido do Exercício	**637**	**874**	**37,2%**

Notas:

1) Demonstração dos Resultados agregada numa perspetiva funcional e em termos da perspetiva de Controlo de Gestão.
2) Os rendimentos operacionais incluem, para além das receitas advenientes de vendas e prestação de serviços, rendimentos relacionados com trabalhos especializados e trabalhos para a própria empresa;

Receita de Exploração

As Receitas de Exploração consolidaram a trajetória de crescimento sustentado, atingindo a marca dos 6.308 milhões de escudos, o que se traduz num incremento homólogo de 3,3%. Este desempenho positivo encontra-se ancorado no bom dinamismo comercial dos três principais motores de receita da empresa. Destaca-se o notável crescimento de 6,5% no Retalho Fixo, justificado pela adesão crescente às soluções de banda larga (FTTH) e soluções empresariais.

Receitas do Retalho Móvel

Registou-se um crescimento de 3%, atingindo os 3.202 milhões de escudos. O principal motor deste desempenho foi o aumento do consumo médio por utilizador (ARPU), impulsionado sobretudo pela utilização de dados móveis. Este indicador reflete a evolução nos hábitos dos consumidores, que passaram a integrar a conectividade constante como um elemento essencial do seu quotidiano.

Os investimentos contínuos na expansão da cobertura e no reforço da capacidade da rede têm permitido acomodar este aumento de tráfego. Simultaneamente, a proximidade estratégica com a rede de distribuição tem contribuído para a otimização das operações, garantindo uma cobertura eficiente em todo o território nacional.

Receitas do Retalho Fixo

Registou-se um crescimento de 6,4%, alcançando os 2.667 milhões de escudos, impulsionado pela contínua expansão da base de clientes de internet fixa. No final de 2025 o número de utilizadores deste serviço registou um aumento de cerca de 9% face ao ano anterior.

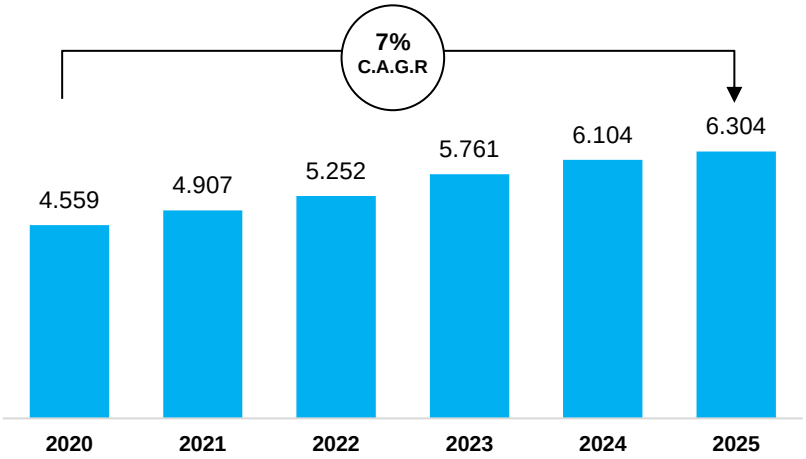
Simultaneamente, o desempenho financeiro do segmento beneficiou do incremento das receitas provenientes do mercado empresarial, com particular destaque para a contribuição dos clientes do setor turístico.

Segmento Wholesale

Este segmento, que engloba os serviços de Circuitos Alugados, Interligação e Roaming, registou um decréscimo global de 7,4%, fixando-se nos 668 milhões de escudos. Apesar desta contração, a recuperação do mercado de roaming teve um impacto positivo e atenuou o desempenho do segmento. As receitas de roaming aumentaram 26%, atingindo os 216 milhões de escudos, impulsionadas quer pelo fluxo turístico registado em 2025, quer, conforme referido, pelo menor impacto decorrente da renegociação de acordos neste período.

Relativamente aos Circuitos Alugados, e apesar do aumento da procura por parte de empresas e instituições, registou-se uma quebra de 10%, fixando-se a receita nos 392 milhões de escudos.

Quanto às receitas de Interligação, que incluem o tráfego nacional e internacional de entrada de voz e SMS, verificou-se uma redução de 12% na terminação de voz (86 milhões de escudos). Esta descida reflete a forte e contínua concorrência das plataformas OTT nas comunicações. Em sentido inverso, a terminação de SMS registou um crescimento de 14%, alcançando os 21 milhões de escudos.



Gráficos 1 – Evolução da Receita Consolidada (milhões de ECV)

Gastos operacionais, excluindo gastos de depreciação e de amortização

Em 2025, os custos operacionais da Empresa registaram um aumento de 7%, fixando-se em 3.563 milhões de escudos. Embora este crescimento percentual tenha sido superior ao da receita, o impacto foi amplamente compensado em termos absolutos.

Este incremento reflete, fundamentalmente, a necessidade de constituir provisões para cobranças duvidosas, em conformidade com as recomendações de auditoria e com o princípio da prudência na gestão. Excluindo este efeito, o aumento dos custos seria de apenas 2,4%, situando-se abaixo do ritmo de evolução da receita.

Os Gastos com pessoal[7] apresentaram uma notável estabilidade, registando uma ligeira diminuição de 0,1% e totalizando 1.171 milhões de escudos. Após o ciclo de reforço de competências e de conversão de contratos ocorrido no ano anterior, este comportamento traduz a consolidação da atual estrutura de Recursos Humanos.

A manutenção desta rubrica reflete uma política de contratação rigorosa e o aumento previsto do número de reformas, fatores que resultaram numa redução do número médio de colaboradores diretos ao serviço.

Os Gastos Comerciais registaram um incremento de 7%, situando-se nos 383 milhões de escudos. Esta subida acompanhou o dinamismo comercial necessário para sustentar o crescimento das receitas, suportando campanhas de comunicação, a adaptação a novas

[7] Não incorpora gastos de natureza não recorrente, como é o caso das indemnizações associadas a processos de pré-reforma

ofertas de mercado e o aumento das comissões de venda decorrente do desempenho comercial, nomeadamente no retalho móvel.

Em sentido contrário, os custos com equipamentos comerciais registaram uma redução substancial. Esta diminuição justifica-se, em grande parte, pelas dificuldades sentidas nas cadeias logísticas, que impactaram significativamente as vendas de terminais móveis.

Os Gastos Administrativos registaram uma contração favorável de 1%, descendo para 818 milhões de escudos. Esta redução espelha a eficácia das medidas de controlo de custos implementadas pela gestão, que mitigaram a pressão dos custos energéticos e refletiram a estabilização dos gastos com serviços especializados de apoio à transformação organizacional.

Com efeito, recurso, gradual, a energias renováveis, conjugadas com a aquisição de equipamentos energeticamente mais eficientes, em termos de consumo de energia, resultaram numa redução de 6% no consumo de kWh. Este fator, conjugado com a descida dos preços da eletricidade, resultou numa poupança de 14%, equivalente a 50 mil contos, nos custos com energia elétrica.

Os Gastos com Manutenção e Reparação registaram um agravamento expressivo de 40,0%, ascendendo a 407 milhões de escudos, valor que se encontra, contudo, em linha com o projetado. Esta foi a rubrica que exerceu maior pressão sobre os gastos operacionais em 2025.

O incremento acentuado justifica-se pelas necessidades inerentes à manutenção do vasto programa de investimentos, bem como pela atualização de contratos existentes e pela celebração de novos acordos, nomeadamente no que respeita ao suporte informático e de cibersegurança, essenciais para garantir uma operação mais resiliente. Adicionalmente, o aumento reflete a atualização de suportes indexados à inflação e as crescentes exigências de preservação da resiliência dos sistemas de cabos submarinos e Datacenters.

Os Gastos Diretos, que englobam custos com tráfego e conteúdos, registaram uma diminuição de 3,5%, fixando-se em 222 milhões de escudos. Esta rubrica beneficiou de uma redução nos custos com tráfego de voz, motivada pela crescente canibalização deste serviço por aplicações OTT (Over-the-Top).

Em sentido contrário, verificou-se uma evolução nos custos com conteúdos, decorrente da estratégia de reforço da proposta de valor para o serviço de TV. Adicionalmente, o crescimento da base de clientes contribuiu para o aumento dos custos variáveis associados a esta componente**.**

Os Outros Gastos Operacionais apresentaram um aumento de 23,5%, ascendendo a 549 milhões de escudos, refletindo essencialmente o aumento das provisões para cobrança duvidosa.

As Amortizações e Depreciações ascenderam a 1.527 milhões de escudos, representando uma redução de 9% em relação ao ano anterior. Esta diminuição reflete a ligeira redução nos investimentos ocorridos nos últimos três anos, que compensou a entrada no ativo fixo de investimentos relevantes, nomeadamente os relacionados com a concessão.

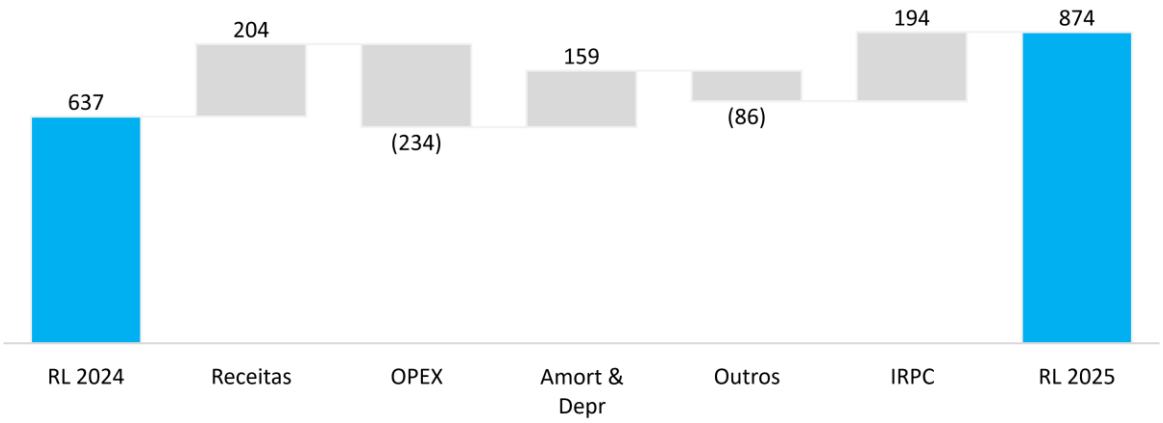
Os Outros Rendimentos e Ganhos diminuíram 12% para 245 milhões de escudos. Esta evolução resultou em grande medida da redução de diferenças de câmbios favoráveis e os efeitos não recorrentes do registo de correções de rendimentos de anos anteriores, que foram significativos em 2025.

Os Outros Gastos e Perdas, que incluem custos com financiamentos e gastos extraordinários, registaram um aumento de 14% face ao ano anterior. Este acréscimo deveu-se, em grande parte, pelo aumento dos custos de financiamento e pelo aumento de correções relativas a gastos de anos anteriores.

Resultado líquido do exercício

O Resultado Líquido registou um crescimento anual de 37% face ao valor consolidado de 2024, ascendendo a 874 milhões de escudos.

O crescimento homólogo do Resultado Líquido, superior ao desempenho operacional, reflete, em grande medida, o efeito do registo de ativos por impostos diferidos. Este ativo resulta de benefícios fiscais decorrentes dos investimentos efetuados em 2025, os quais permitem às empresas deduções à coleta até ao limite de 50% da coleta.



Gráficos 2 – Evolução do Resultado Líquido (milhões de ECV)

CAPEX

O CAPEX total em 2025 fixou-se em 1.535 milhões de escudos, representando uma redução de 13,5% face ao exercício anterior. Contudo, este decréscimo reflete uma realocação estratégica de recursos, priorizando os investimentos na expansão da rede de fibra ótica (FTTH/FBB), na banda larga móvel (4G), no reforço das infraestruturas de Sistemas de Informação (IT), nos Datacenters e na Energia. Este planeamento assegurou o alinhamento com a estratégia de inovação e a proposta de valor da empresa para o mercado.

Neste contexto, o investimento em Infraestruturas de Rede absorveu 93% do esforço de capital total, totalizando 1.422 milhões de escudos. Este valor é, particularmente, relevante por representar um crescimento de 32,2% face a 2024, contrastando com a redução global do investimento no período.

Uma análise detalhada revela que a área de Internet liderou a captação de recursos, com cerca de 764.429 contos investidos, seguida pelo Serviço Fixo (354.197 contos) e pelo Serviço Móvel (344.987 contos).

Quanto ao segmento de "Outros Investimentos" — focado essencialmente em energia, renovação da frota operacional e edifícios — registou-se uma redução de 95%. Esta variação justifica-se pelo facto de, em 2024, terem ocorrido avultados investimentos nestes domínios, nomeadamente no novo edifício da Achada Grande, cenário que não se repetiu em 2025.

Investimentos CVT (Milhões ECV)	2024	2025	Δ %
Infraestruturas de Rede	1.076	1.422	32,1%
Sistemas de Informação	340	96	(71,6%)
Outros Investimentos	357	17	(95,3%)
Total	**1.774**	**1.535**	**(13,4%)**

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Balanço e Estrutura Patrimonial (Milhões ECV)	2024	2025	Δ%
Ativo não corrente	**12.954**	**13.094**	**1,1%**
Ativo corrente	4.434	4.228	(4,6%)
Outros Ativos correntes	4.030	3.842	(4,7%)
Caixa e depósitos bancários	404	386	(4,3%)
Total do Ativo	**17.388**	**17.322**	**(0,4%)**
Capital próprio	**7.890**	**8.429**	**6,8%**
Resultado Líquido do período	637	874	37,2%
Capital social, reservas e Resultados transitados	7.252	7.555	4,2%
Passivo não corrente	4.322	4.020	(7,0%)
Passivo corrente	5.177	4.873	(5,9%)
Total do Capital próprio e do Passivo	**17.388**	**17.322**	**(0,4%)**

Em 31 de dezembro de 2025, o **Total do Ativo da CVTelecom era de 17.322 milhões** de escudos, o que representa um decréscimo de 0,4% face ao período homólogo. Esta estabilidade reflete a solidez da estrutura patrimonial, com o Ativo não Corrente a atingir 13.094 milhões de escudos (aumento de 1,1%) devido a continuidade da política de investimento. No que diz respeito, ao ativo de curto prazo, este regista um decréscimo de 4,6%, justificado pela redução líquida da conta de clientes em virtude do reforço das provisões para cobrança duvidosa.

Os Capitais Próprios registaram um aumento de 6,8%, atingindo 8.429 milhões de escudos. Este crescimento foi impulsionado, sobretudo, pelo Resultado Líquido do período, que apresentou um incremento significativo de 37%, passando de 637 milhões em 2024 para 874 milhões de escudos em 2025. **As rubricas de Capital Social, Reservas e Resultados Transitado**s também contribuíram para o reforço dos capitais próprios, fixando-se em 7,55 milhões de escudos. Esta estratégia de capitalização reflete uma política cautelosa que concilia uma distribuição razoável de dividendos com o aumento das reservas, visando financiar futuros investimentos e assegurar a sustentabilidade da empresa.

No que respeita ao **Passivo não Corrente**, este registou uma redução de 7%, situando-se em 4.020 milhões de escudos, sinalizando uma desalavancagem de longo prazo. O Passivo Corrente, por sua vez, totalizou 4.873 milhões de escudos, uma redução de 4,2%

face ao ano anterior, justificado pela redução dos valores em dívida a importantes fornecedores. Esta estrutura financeira permite à Empresa manter a sua estratégia de investimento em áreas essenciais, usufruindo de uma base de capital fortalecida e de uma gestão equilibrada das suas obrigações financeiras.

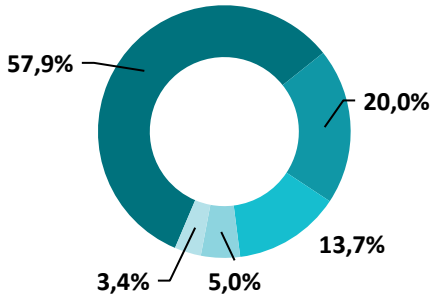
No que concerne à **dívida financeira**, esta registou uma redução de 6% face ao final de 2024, com o custo de financiamento a situar-se em torno de 3% ao ano. Esta configuração reflete uma estratégia de desalavancagem a longo prazo, mantendo a estabilidade nas obrigações de curto prazo. Cerca de 36% da dívida total permanece associada ao financiamento do sistema EllaLink, que usufrui de condições vantajosas, em termos de prazo e taxa.

O ano 2025, fica assim marcado por um forte aumento do rácio de solvabilidade, que registou um incremento de 11,7 pontos percentuais. Neste contexto, a estrutura patrimonial da empresa, apresenta um equilíbrio entre capitais próprios e passivos, assegurando a resiliência necessária para a continuidade da estratégia de investimentos nas áreas-chave do negócio, mantendo um custo médio da dívida competitivo e uma maturidade alinhada com o ciclo de retorno dos ativos.

ESTRUTURA ACIONISTA

A estrutura acionista da Empresa tem a seguinte composição:

57,9%	Instituto Nacional de Previdência Social
20,0%	ASA, Aeroportos e Segurança Aérea
13,7%	Privados Nacionais
5,0%	Sonangol CV
3,4%	Estado de Cabo Verde



PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras da Empresa ascendem a 15,942 Milhões de CVE, com a seguinte composição:

- Directel, Lda. - A Empresa detém uma participação de 40% do capital social da Directel Cabo Verde, Serviços e Comunicações, Lda. - empresa que edita as Listas de assinantes do Telefone Fixo, de Fax e E-mail, em Cabo Verde. A essa quota no capital social, corresponde a um investimento de 6.700 mil ECV. Face à evolução dos capitais próprios, esta participação, valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial, com base nas contas provisórias, apresenta um saldo nulo em 2022.
- Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP), S.A. – A Empresa detém 9,52% do capital social da SISP –, S.A., que tem como missão a gestão da rede interbancária nacional "Rede Vinti4" e a emissão, gestão e controlo de cartões de crédito e débito - correspondente a 10 milhões de ECV.
- Sistema de Informação e Comércio Eletrónico (Tudo Directo, S.A.) – A Empresa detém uma participação de 45,36% do capital social da Tudo Directo, S.A., que tem por objeto a criação de um sistema de informação, de negócios e de consultoria empresarial, bem como o desenvolvimento de plataformas de comércio eletrónico de bens e serviços. O valor da participação encontra-se totalmente ajustado em 31 de dezembro de 2016 face à perspetiva de encerramento da Empresa.
- *Regional African Satellite Communications Organization* (RASCOM) –, cuja participação é de 0,28% do capital social (65.000 ações), correspondente a 5,9 milhões de ECV.

OUTRAS DIVULGAÇÕES REQUERIDAS

Dando cumprimento ao Código das Sociedades Comerciais, as seguintes informações complementares constam do anexo às demonstrações financeiras: (i) número e valor nominal das ações, (ii) saldos e transações com partes relacionadas e informações sobre remuneração dos auditores e membros dos órgãos sociais e (iii) a exposição da Empresa aos riscos financeiros como riscos de crédito, liquidez, taxas de juro e cambial e (iv) e eventos subsequentes à data do balanço, nas Notas 13, 31, 2 e 34, respetivamente.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Cabo Verde Telecom, S.A., de acordo com o estabelecido na Lei e nos Estatutos da Empresa, visando atender as necessidades em termos de investimentos e procurando alinhar a política de remuneração acionista ao contexto atual, propõe, à Assembleia Geral de Acionistas, a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2025, no valor de **874.434.128 ECV**:

- Reserva para Investimentos 437.217.064 ECV - 50%
- Dividendos 437.217.064 ECV - 50%

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Domingos de Barros Correia



Isa Maria dos Santos Neves



Francisco José Spencer Lima Almeida

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balanço em 31 de dezembro de 2025
- Demonstração dos Resultados por Naturezas do período compreendido entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025
- Demonstração de Fluxos de Caixa do período compreendido entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período compreendido entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025

CABO VERDE TELECOM, S.A.
NIF: 2001 06 481
SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

RUBRICAS	Notas	Período 12/31/2025 Valores	32-12-2024 Valores
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	**3**	5 545 998	5 176 056
Propriedades de investimento	**4**	387 949	319 181
Ativos intangíveis	**5**	6 772 284	7 266 875
Participações financeiras - outros métodos	**6**	15 942	15 942
Outras contas a receber	**7**	139 996	175 897
Ativos por impostos diferidos		231 482	
Total do ativo não corrente		13 093 651	12 953 951
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	**9**	1 642 702	1 157 966
Clientes	**10**	1 344 108	1 329 132
Adiantamentos a fornecedores	**11**	493 058	768 348
Estado e outros entes públicos	**18**	60 575	55 616
Outras contas a receber	**7**	233 435	701 746
Diferimentos		24 763	17 659
Caixa e depósitos bancários	**12**	386 180	403 709
Total do ativo corrente		4 184 822	4 434 176
Total do ativo		**17 278 473**	**17 388 127**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	**13**		
Capital realizado		1 000 000	1 000 000
Reserva legal		324 651	324 651
Outras reservas		3 182 719	2 879 970
Resultados transitados		3 047 682	3 047 682
Resultado líquido do exercício		874 434	637 368
Total do capital próprio		8 429 486	7 889 670
PASSIVO:			
Passivo não corrente			
Provisões	**14**	122 285	125 283
Outras contas a pagar	**20**	21 129	23 637
Financiamentos obtidos	**15**	3 832 975	4 137 083
Passivos por impostos diferidos	**16**	43 187	35 609
Total do passivo não corrente		4 019 576	4 321 612
Passivo corrente			
Fornecedores	**17**	2 496 808	2 705 147
Adiantamentos de clientes	**10**	5 008	4 874
Estado e outros entes públicos	**18**	74 549	321 767
Acionistas	**19**	559 936	308 215
Financiamentos obtidos	**15**	941 198	942 378
Outras contas a pagar	**20**	141 029	192 940
Provisões	**14**	39 427	42 609
Diferimentos	**21**	571 456	658 915
Total do passivo corrente		4 829 410	5 176 845
Total do passivo		8 848 987	9 498 457
Total do capital próprio e passivo		**17 278 473**	**17 388 127**

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2025.

A DIREÇÃO FINANCEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





CABO VERDE TELECOM, S.A.
NIF: 2001 06 481
SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

RÚBRICAS	Notas	Período	
		12/31/2025	32-12-2024
		Valores	Valores
Vendas e prestações de serviços	22	6 238 968	6 025 335
Ganhos imputados de subsidiárias e associadas	6	-	-
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	(115 974)	(143 474)
Resultado operacional bruto		6 122 995	5 881 861
Fornecimentos e serviços externos	23	(1 747 862)	(1 608 851)
Valor acrescentado bruto		4 375 133	4 273 010
Gastos com o pessoal	24	(1 238 000)	(1 259 349)
Imparidade de inventários ((perdas) / reversões)	9	(27 585)	619
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	10	(355 545)	(244 150)
Provisões	13	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	4	45 461	-
Outros rendimentos e ganhos	25	121 035	179 040
Outros gastos e perdas	26	(513 322)	(427 490)
Resultado antes de depreciações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		**2 407 177**	**2 521 681**
Gastos de depreciação e de amortização	27	(1 526 615)	(1 685 641)
Resultado operacional (antes de perdas / ganhos de financiamento e impostos)		**880 562**	**836 041**
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	28	(131 585)	(130 188)
Resultado antes de impostos		**748 977**	**705 852**
Imposto sobre o rendimento do período	18	125 458	(68 485)
Resultado líquido do exercício		**874 434**	**637 368**

Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa		874 434	637 368
Resultado por ação básico	**29**	**0,87**	**0,64**

A DIREÇÃO FINANCEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO









CABO VERDE TELECOM, S.A.
NIF: 2001 06 481
SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E 1 DE JANEIRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

RÚBRICAS	Notas	Período 12/31/2025 Valores	Período 12/31/2024 Valores
Método Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	5 781 122	5 683 673
Pagamentos a fornecedores	17	(2 316 309)	(1 878 090)
Pagamentos ao pessoal	24	(1 237 739)	(1 270 225)
Caixa gerada pelas operações		2 227 074	2 535 359
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(83 114)	(60 119)
Outros recebimentos / pagamentos		(203 605)	(188 469)
Fluxos das actividades operacionais [1]		1 940 356	2 286 770
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3	(995 125)	(1 035 418)
Ativos intangíveis	5	(437 716)	(758 906)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5 046	5 169
Fluxos das actividades de investimento (2)		(1 427 796)	(1 789 155)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	15	700 000	800 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	15	(1 005 288)	(1 103 319)
Juros e gastos similares		(125 224)	(124 377)
Dividendos	13	(99 855)	(181 771)
		(1 230 367)	(1 409 467)
Fluxos das actividades de financiamento [3]		(530 367)	(609 467)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(17 807)	(111 851)
Efeito das diferenças de câmbio		277	(1 266)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12	403 709	516 826
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12	386 180	403 709

A DIRECÇÃO FINANCEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO









CABO VERDE TELECOM, S.A.
NIF: 2001 06 481
SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

Descrição		Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital						Total do capital próprio
			Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	**1**		**1 000 000**	**324 651**	**2 587 324**	**3 047 682**	**585 290**	**7 544 948**	**7 544 948**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS NO PERÍODO									
Resultado líquido do exercício			-	-	-	-	637 368	637 368	637 368
RESULTADO EXTENSIVO	**2**		-	-	-	-	**637 368**	**637 368**	**637 368**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições de dividendos			-	-	-	-	(292 645)	(292 645)	(292 645)
	3		**-**	**-**	**-**	-	**(292 645)**	**(292 645)**	**(292 645)**
OUTRAS OPERAÇÕES									
Aplicação de resultados do exercicio anterior			-	-	292 645	-	(292 645)	-	-
	4		**-**	**-**	**292 645**	**-**	**(292 645)**	**-**	**-**
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2024	**1+2+3+4**	**13**	**1 000 000**	**324 651**	**2 879 969**	**3 047 682**	**637 368**	**7 889 670**	**7 889 670**
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	**1**		**1 000 000**	**324 651**	**2 879 969**	**3 047 682**	**637 368**	**7 889 670**	**7 889 670**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS NO PERÍODO									
Resultado líquido do exercício			-	-	-	-	874 434	-	874 434
RESULTADO EXTENSIVO	**2**		-	-	-	-	**874 434**	**874 434**	**874 434**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições de dividendos			-	-	-	-	(318 684)	(318 684)	(318 684)
OUTRAS OPERAÇÕES									
Aplicação de resultados do exercicio anterior			-	-	302 750	-	(318 684)	(15 934)	(15 934)
	3		-	-	302 750	-	(637 368)	(334 618)	**(334 618)**
	4		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2025	**1+2+3**	**13**	**1 000 000**	**324 651**	**3 182 719**	**3 047 682**	**874 434**	**8 429 486**	**8 429 486**

A DIREÇÃO FINANCEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





II - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cabo Verde Telecom, S.A. ("Empresa" ou "CVT") foi criada pelo Decreto-lei nº 9-A/95, de 16 de fevereiro, o qual determinou, enquadrado no então Programa de Reestruturação do Setor Empresarial do Estado, a cisão da então Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) em duas sociedades distintas de acordo com as suas duas atividades principais: Telecomunicações, fundamento para constituição da CVT, e Correios, atividade afeta à sociedade Correios de Cabo Verde, SA.

O capital social da Empresa, no valor de mCVE 1 000 000 (ver Nota 13), é detido por entidades públicas e privadas.

O objeto social da CVT, definido pelos seus atuais Estatutos, consiste (i) na prestação de serviços de comunicações no território nacional, incluindo a atividade de operador das redes fixa e móvel, a distribuição de televisão por assinaturas e venda de capacidade nacional e internacional de circuitos alugados (ii) na prestação de serviços de telecomunicações internacionais, (iii) na execução dos instrumentos jurídicos internacionais, designadamente as convenções, os acordos e os regulamentos internacionais relativos a ao setor das telecomunicações, (iv) no exercício de outras atividades abrangidas pelo âmbito do objeto dos contratos de concessões subscritos com o Estado, dos quais seja parte. A Empresa tem como objeto secundário, a importação e comercialização de bens e equipamentos, bem como das suas peças e acessórios necessários ao exercício da sua atividade principal. A Empresa pode, também, mediante deliberação do conselho de administração, exercer atividades industriais ou comerciais afins, complementares ou conexas com as previstas nos números anteriores, nomeadamente a produção, comercialização, importação e exportação de produtos, maquinarias, equipamentos de apoio à atividade de telecomunicações e a prestação, no domicílio geral, profissional ou especial, de serviços especializados a clientes, relacionados com os setores de atividade em que opera. Pode, igualmente, mediante deliberação do conselho de administração, adquirir, onerar e alienar participações em quaisquer outras sociedades, seja qual for o tipo e objeto social, em sociedades reguladas por leis especiais, bem como participar em formas de cooperação entre sociedades comerciais, designadamente associação em participação, consórcios e agrupamentos complementares de empresas.

A Empresa exerce a atividade de estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas que constituem a rede de comunicações do Estado e presta o Serviço de Circuitos Alugados e o Serviço de Acesso e Capacidade ao abrigo do Contrato de Concessão, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 36/2021, de 14 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo 75/2021, cujas cláusulas principais se resumem como segue:

(i) O contrato tem por objeto (a) o estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas que constituem a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, (b) a prestação serviços, na

modalidade de Serviço Universal, conforme estabelecido no Regime Jurídico das Comunicações Eletrónicas, nomeadamente, ligação à rede telefónica pública num local fixo e acesso aos serviços telefónicos acessíveis ao público num local fixo, disponibilização de Internet em banda larga independentemente do tipo de tecnologia de acesso, a prestação do Serviço de Circuitos Alugados e a prestação do Serviço de Acesso e Capacidade;

(ii) A Concessionária exerce a sua atividade no território nacional, bem como as ligações internacionais, incluindo as ligações em trânsito por Cabo Verde;

(iii) Os serviços concessionados são prestados em regime concorrencial, nos termos e para os efeitos do Regime Jurídico das Comunicações Eletrónicas;

(iv) À Concessionária é conferida a posse das infraestruturas que integram a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, as quais constituem bens do domínio público, para a prestação dos serviços concessionados, abrangendo: a) Os meios que integram o sistema fixo de acesso de utilizador final; b) Os meios que integram a rede de transmissão; c) Os nós de concentração, comutação ou processamento afetos à prestação do serviço fixo de telefone;

(v) Consideram-se ainda afetos à concessão os bens imóveis, ou parte destes, onde se encontrem implantadas as infraestruturas da concessão, outros bens imóveis, ou partes destes, onde se encontrem instalados os serviços da Concessionária para o desenvolvimento das atividades concessionadas e os bens móveis utilizados para a exploração das atividades concessionadas;

(vi) Os bens próprios da Concessionária essenciais ao desenvolvimento das atividades concedidas só podem ser alienados ou onerados mediante comunicação prévia ao Concedente e desde que a Concessionária garanta a existência de bens funcionalmente aptos e adequados à prossecução daquelas atividades;

(vii) Prazo de concessão de 20 anos, a contar da data da sua assinatura, podendo ser renovado sucessivamente por períodos de 15 anos;

(viii) A Concessionária é obrigada a dispor de um sistema de contabilidade analítica;

(ix) A Concessionária é obrigada a manter atualizado um inventário do património afeto à concessão, devendo o mesmo contemplar, nomeadamente, a perfeita distinção entre os Bens do Domínio Público e os demais bens afetos à concessão;

(x) Por forma a permitir ao Concedente verificar a perfeita adequação entre os desenvolvimentos das infraestruturas e serviços e os níveis de evolução tecnológica e de qualidade dos

serviços fixados no presente Contrato - bem como quaisquer alterações posteriores que venham a ser fixadas - a Concessionária obriga-se a elaborar e disponibilizar, até ao final do terceiro trimestre de cada ano civil, um plano de desenvolvimento para os 3 (três) anos subsequentes, no qual devem ser definidos os objetivos a prosseguir no domínio da melhoria da qualidade, da extensão das redes e infraestruturas sob sua gestão e exploração e dos serviços objeto da presente concessão;

(xi) A renda anual da concessão é fixada em mCVE 41 000 (até 2020 a renda correspondia a 2,5% das receitas líquidas obtidas nos serviços concessionados);

(xii) Carece de autorização do Concedente (a) a alteração do objeto da sociedade, (b) transformação, fusão, cisão ou dissolução da sociedade, (c) redução do capital social e (d) suspensão ou cessação, temporária ou definitiva, total ou parcial, de qualquer dos serviços concessionados ou que esteja obrigada a prestar.

(xiii) O Concedente atribuirá à Concessionária, nos termos e condições a definir por acordo, uma indemnização compensatória quando, excecionalmente, por razões de interesse público devidamente justificadas e fora do contexto do presente contrato, lhe sejam impostas obrigações que impliquem a prestação de serviços em condições incompatíveis com uma exploração rentável.

(xiv) A Concessionária terá de estabelecer uma divisão autónoma de produtos e serviços grossistas para operadores, operacionalmente independente, responsável pela gestão da Rede Backbone inter-ilhas e o Hub Internacional e disponibilizar a todos os operadores produtos e serviços de acesso nos mesmos termos e condições em que os disponibiliza às suas divisões internas de retalho;

(xv) Considerando o caráter estratégico do amarramento de cabos submarinos para a segurança e comunicações de Cabo Verde, bem como o seu papel na internacionalização do país e na promoção da economia digital, caso de o prazo de concessão termine sem que seja renovado, a Concessionária terá direito a:

(a) Uma indemnização igual ao valor das infraestruturas de cabos submarinos que integram a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, desde que tais infraestruturas estejam incluídas no respetivo plano referido em (x) acima, corrigido das respetivas amortizações e reavaliações, sendo esse valor diminuído de 1/20, por cada ano decorrido desde o início do prazo da concessão.

(b) Uma indemnização extraordinária correspondente a 5 (cinco) anos, multiplicado pelo valor médio dos resultados líquidos relativos à exploração dos cabos submarinos apurados nos últimos (cinco) anos da concessão.

(xvi) A concessão extingue-se por acordo entre o Concedente e a Concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do respetivo prazo;

(xvii) Em caso de rescisão, a universalidade constituída por todos os bens e direitos afetos à concessão reverte a favor do Estado, sem qualquer indemnização e sem prejuízo da responsabilidade civil em que incorre a Concessionária e das sanções previstas na lei ou no presente Contrato;

(xviii) O Concedente poderá resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, mediante notificação à Concessionária com a antecedência mínima de um ano, decorridos que sejam pelo menos 12 anos a contar da data do início do respetivo prazo;

(xix) No termo da concessão, reverte gratuita e automaticamente para o Concedente, a universalidade constituída por todos os bens e direitos afetos à concessão, obrigando-se a Concessionária a entregá-los em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, sem prejuízo do normal desgaste resultante da sua utilização e livres de quaisquer ónus ou encargos, não podendo a Concessionária invocar, com qualquer fundamento, o direito de retenção.

Até ao final de 2005, exercia a sua atividade em regime de concessão exclusiva, tendo o Decreto Legislativo nº 7/2005, de 24 de novembro alterado unilateralmente o contrato de concessão do serviço público de telecomunicações, ao impor (i) a liberalização dos serviços de telecomunicações entre Cabo Verde e outros países e a prestação de serviço fixo de circuitos alugados, a partir de 1 de Janeiro de 2006, e (ii) a prestação de serviço fixo de telefone e a instalação, estabelecimento e exploração de redes de telecomunicações que o suportam, a partir de 1 de Janeiro de 2007. Adicionalmente, de acordo com o Decreto-Lei nº 21/2005, de 14 de março, foi decretada a obrigatoriedade de autonomização dos serviços de telecomunicações então prestados pela Empresa e licenciados ao abrigo da lei das telecomunicações de Cabo Verde, tendo sido definida a data de 1 de janeiro de 2006 para início de atividade da nova sociedade detida pela Empresa para explorar o serviço móvel.

Assim, no final de 2005, a Empresa efetuou uma cisão do seu património, pelo que os serviços de telecomunicações Móvel, Internet e distribuição de Televisão por Cabo foram prestados, a partir de janeiro de 2006, por duas entidades juridicamente separadas e totalmente detidas pela Empresa (CV Móvel, Sociedade Unipessoal, S.A. – "CV Móvel" e CV Multimédia, Sociedade Unipessoal, S.A. – "CV Multimédia").

Refira-se, entretanto, a publicação do Decreto Legislativo nº36/2021, de 14 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo 75/2021, de 2 de novembro, o qual permite a convergência dos serviços, bem como a atribuição de uma autorização geral a qualquer operadora de comunicações eletrónicas. Este novo enquadramento legal pôs termo à obrigatoriedade de separação entre os serviços concessionados e os demais serviços de valor acrescentado, dando início ao processo de fusão, por incorporação na Cabo Verde Telecom, S.A., das subsidiárias CVMóvel e CVMultimédia, processo esse concluído em 1 de julho de 2023. Não obstante, o referido diploma legal impõe o estabelecimento de uma divisão grossista autónoma, operacionalmente independente, para a exploração comercial da rede Backbone inter-ilhas e do Hub internacional, oferecendo produtos e serviços grossistas aos operadores de telecomunicações, em condições equitativas.

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Cabo Verde, vertidas no Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, que determina a adoção do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

O SNCRF visa transpor para o direito interno um conjunto de Normas de Relato Financeiro que constituem uma adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) e das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”).

A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos (mCVE).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em 20 de maio de 2026 pelo Conselho de Administração da CVT.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

2.1. Investimentos financeiros

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas na Nota 6, nas quais a Empresa não detém controlo e nem exerce influência significativa. Por esse motivo, encontram-se mensuradas ao custo de aquisição, deduzidos das perdas de imparidade estimadas, dado não serem títulos cotados e não ter sido determinado o respetivo justo valor.

2.2. Reconhecimento do rédito

O rendimento proveniente da venda de bens - nomeadamente equipamentos terminais - é reconhecido no período em que ocorre, desde que as seguintes condições estejam satisfeitas:

- A transferência de todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens para o comprador;
- A inexistência de controlo sobre os bens vendidos pela Empresa;
- A mensuração fiável do montante do rendimento;
- A probabilidade de que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- A mensuração fiável dos gastos incorridos ou a incorrer com a transação.

Os réditos originados com serviço móvel pré-pago são inicialmente diferidos no balanço, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que as chamadas são efetivamente realizadas.

Os réditos relacionados com tráfego nacional e internacional originado na rede de outros operadores são reconhecidos com base em dados captados pela plataforma de comunicações (NGIN).

As receitas de roaming são reconhecidas com base no tempo efetivo de utilização de rede, ao preço contratado com cada um dos operadores.

Os rendimentos originados com o serviço de internet e televisão por cabo (tráfego telefónico que é gerado no serviço de acesso à internet e à televisão por cabo), são reconhecidos no mês a que se refere a assinatura do serviço ou no período em que o tráfego é efetuado.

Os rendimentos provenientes da prestação de serviços, essencialmente referentes a tráfego telefónico, são reconhecidos no período em que o tráfego telefónico é efetuado. Adicionalmente, os rendimentos com tráfego de interligação são reconhecidos no mês em que as chamadas são efetuadas.
Os valores não faturados a clientes ou não faturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativos, são registados no período subsequente.

2.3. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações, exceto nas situações em que existem contratos de fixação de taxas de câmbio, casos em que se utiliza a taxa contratualmente definida. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apurados nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para escudos Cabo-Verdianos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	2025	2024
Dólar americano	93,683	106,136
Euro	110,265	110,265

2.4. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 21,42%. A partir do exercício de 2024, os prejuízos fiscais deixaram de ter um limite temporal de reporte após a sua ocorrência (antes eram reportáveis durante um período de 7 anos), sendo suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados em exercícios posteriores, embora sujeitos ao máximo de 50% do resultado do respetivo exercício, aplicável igualmente aos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2021 a 2025 podem vir a ser corrigidos, sendo, no entanto, convicção da Administração que em caso de fiscalização não surgirão correções significativas.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.
A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos diferidos são classificados como Não correntes.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

2.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou de produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade (ver Notas 2.8 e 3), sendo acrescidos os respetivos encargos financeiros durante o período de construção e/ou instalação.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Empresa e que o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As taxas de depreciação praticadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	25 - 50
Equipamento básico	4 - 10
Equipamentos de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	4 - 5

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. As taxas de depreciação utilizadas na Empresa estão em alinhamento com a portaria nº 42/2015, de 24 de Agosto, na medida em que a vida útil pode variar entre a mínima e a máxima que corresponde ao dobro da vida mínima, conforme o artigo 4º, nº 2 da referida portaria e da vida útil esperada para o ativo.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

2.6. Propriedades de Investimento

Compreendem terrenos detidos para valorização do capital a longo prazo. Inicialmente valorizados ao custo de aquisição, passaram a ser valorizados pelo justo valor, baseado em avaliações efetuadas por técnico independente e especializado.

2.7. Ativos intangíveis e amortizações

Os ativos intangíveis compreendem, nomeadamente, as infraestruturas concessionadas e os programas de computador, entre outros.

Conforme referido na Nota Introdutória, a Empresa explora os serviços de telefonia fixa e de conectividades inter-ilhas e internacional ao abrigo do Contrato de Concessão, pelo que as infraestruturas que integram a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, as quais constituem bens do domínio público, são registados como Ativos Intangíveis (ver Nota 5). Segundo as cláusulas do Contrato, a Empresa não tem controlo sobre o preço dos serviços prestados no âmbito da concessão e, como, tal não "controla ou regulamenta os serviços que a concessionária deve prestar com as infraestruturas", não sendo, por isso, aplicável a *Internacional Financial Report Interpretation Commitee* 12 (IFRIC 12). No entanto, o Concedente detém o "controlo sobre qualquer interesse residual significativo nas infraestruturas no final do contrato", através da reversão gratuita e o controlo e planeamento dos investimentos durante o período da concessão.

Os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pelo concedente, não são objeto de registo.

Os investimentos de expansão (aqueles que provocam um aumento do negócio) são tratados da mesma forma que os investimentos postos em concessão pela CVT. Não são estimados investimentos de substituição da responsabilidade da CVT até ao final da concessão.

As amortizações são calculadas de acordo com o art. 6º da Portaria nº 42/2015. Nos casos em que a vida ultrapassa o período da concessão é reduzido o período de amortização para coincidir com a data limite da concessão, à exceção dos cabos submarinos, conforme clausula 48ª A, nº 5 do contrato de concessão.

A manutenção, reparação e substituição dos bens afetos à concessão são da responsabilidade da Empresa durante o período do contrato de concessão.

Relativamente aos programas de computador e outros ativos intangíveis, são registados ao custo de aquisição. As taxas de amortização utilizadas pela Empresa estão em alinhamento com o artigo 6º da Portaria nº 42/2015, de 24 de agosto.

2.8. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa, com o objetivo de determinar se existe algum indício de que possam estar em imparidade. Se existir algum indício, é estimada a quantia recuperável dos ativos em causa, a fim de determinar a extensão da eventual perda por imparidade. Quando não seja possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A quantia recuperável corresponde ao maior entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o valor de uso.
Sempre que a quantia escriturada do ativo exceda a sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. Essa perda é registada imediatamente na demonstração dos resultados, na rubrica "Perdas por imparidade", exceto quando a perda compense um excedente de revalorização previamente reconhecido em capital próprio. Nesse caso, a perda é tratada como um decréscimo da revalorização registada em capital próprio.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas deixaram de existir ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia escriturada do ativo - líquida de depreciações ou amortizações acumuladas - caso a perda não tivesse sido registada.

2.9. Inventários e ajustamentos

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física, sendo valorizadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização esperado. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

Os consumos são apurados segundo o método do custo médio ponderado.

Os ajustamentos em inventários são calculados por referência a critérios de avaliação técnico-comercial (ver Nota 9).

2.10. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados ao custo ou custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um derivado.

2.12. Clientes e outras contas a receber e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 10 e 7). Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

2.13. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Passivo Corrente do Balanço, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como caixa e equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.15. Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se aplicável; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Contudo, quando são diretamente associados à aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis, são capitalizados, desde que estejam em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido. A capitalização é

suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas esteja interrompido.

2.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

2.17. Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

(i) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as compras ao estrangeiro, (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos e (c) os financiamentos obtidos são igualmente em Escudos.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas fixas, com exceção de um empréstimo de um sindicato bancário, contudo, com um risco muito reduzido de variação da taxa de juro.

(iii) Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da Empresa para saldar as suas obrigações.

Este risco é monitorizado numa base regular pela Empresa, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade das contas a receber, acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

(iv) Risco de liquidez

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos apresenta-se da seguinte forma:

	mCVE	
	2025	**2024**
Ativo Corrente	2 308 118	2 705 831
Passivo Corrente	(4 257 023)	(4 470 447)
Fluxos de Caixas das Atividades Operacionais	n/d	2 068 894
	(1 948 904)	**304 277**

O ativo corrente encontra-se deduzido das Matérias-primas, não destinadas à venda (ver Nota 9), dos Adiantamentos a fornecedores (ver Nota 11) e dos Diferimentos. O Passivo corrente encontra-se deduzido dos Diferimentos (ver Nota 21), das Provisões (ver Nota 14) e dos Adiantamentos de clientes (ver Nota 10). Não se encontra disponível (n/d) informação sobre os fluxos de caixa das atividades operacionais para o próximo exercício, sendo, contudo, expectável que venham a ser superiores aos mCVE1 948 904, à semelhança de 2025, pelo que não se considera existir risco de liquidez.

2.18. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, bem como de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, tendo em conta os eventos e transações em curso, bem como a experiência relativa a eventos passados e/ou correntes. Contudo, podem ocorrer situações em exercícios subsequentes que, por não serem previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nas estimativas efetuadas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e devido ao grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

2.19. Classificação de balanço

São classificados como correntes os ativos que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações da Empresa, ou que são detidos com a intenção de transação em prazo inferior a um ano e os passivos cuja exigibilidade a Empresa não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço.

2.20. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.21. Regime de acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime de acréscimo, segundo o qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são faturados.

2.22. Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gasto do exercício em que são incorridas.

3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos decompõem-se como segue (em mCVE):

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2024								
Valor de aquisição ou reavaliado	38 577	1 271 713	10 649 515	443 152	1 239 445	202 872	469 618	14 314 892
Depreciação acumulada	-	(997 580)	(6 959 800)	(335 256)	(1 013 060)	(199 568)	-	(9 505 262)
Valor líquido	38 577	274 133	3 689 715	107 896	226 385	3 304	469 618	4 809 629
VARIAÇÕES EM 2024								
Valor liquido inicial	38 577	274 133	3 689 715	107 896	226 385	3 304	469 618	4 809 629
Aquisições	1 085	175 500	117 350	15 167	30 314	85	695 917	1 035 418
Transferências	-	-	153 862	-	-	-	(130 059)	23 804
Regularização	-	-	81 560	-	-	-	(82 810)	(1 251)
Abates/alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(5 612)	(30 746)	(26 416)	(4 146)	-	(66 920)
Abates/alienações - depreciação acumulada	-	-	5 312	30 354	26 416	4 146	-	66 228
Depreciação do exercicio	-	(37 035)	(564 202)	(30 426)	(57 008)	(2 182)	-	(690 853)
Valor líquido	39 662	412 597	3 477 984	92 246	199 691	1 208	952 666	5 176 056
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024								
Valor de aquisição ou reavaliado	39 662	1 447 213	10 996 675	427 573	1 243 343	198 811	952 666	15 305 943
Depreciação acumulada	-	(1 034 615)	(7 518 690)	(335 327)	(1 043 651)	(197 603)	-	(10 129 888)
Valor líquido	39 662	412 597	3 477 984	92 246	199 691	1 208	952 666	5 176 056
VARIAÇÕES EM 2025								
Valor liquido inicial	39 662	412 597	3 477 984	92 246	199 691	1 208	952 666	5 176 056
Aquisições	-	-	80 513	58 004	28 378	234	827 996	995 125
Transferências	(23 307)	397	388 529	-	994	18 463	(398 422)	(13 345)
Regularização	(10)	-	(1 362)	-	-	-	-	(1 372)
Abates/alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	(43 808)	(3 250 828)	(21 280)	(196 137)	(116 062)	-	(3 628 115)
Abates/alienações - depreciação acumulada	-	43 808	3 250 829	21 280	196 137	116 062	-	3 628 115
Depreciação do exercicio	-	(31 089)	(488 030)	(32 443)	(57 872)	(1 064)	-	(610 499)
Valor líquido	16 346	381 905	3 457 635	117 806	171 191	18 841	1 382 241	5 545 965
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025								
Valor de aquisição ou reavaliado	16 346	1 403 802	8 213 527	464 297	1 076 578	101 447	1 382 241	12 658 237
Depreciação acumulada	-	(1 021 897)	(4 755 892)	(346 490)	(905 386)	(82 606)	-	(7 112 271)
Valor líquido	16 346	381 905	3 457 635	117 806	171 191	18 841	1 382 241	5 545 966

As adições compreendem, essencialmente, em (i) em Equipamentos básicos, a aquisição de materiais de instalações e manutenção – nomeadamente postes, baterias, antenas e materiais para instalação de serviços em residências de clientes, e (ii) Equipamento de Transporte, aquisição de 16 viaturas operacionais e 2 de uso misto.

Em 2024, as adições em Edifícios e outras construções relacionavam-se com um armazém e alpendre na Achada Grande Trás.

As transferências no montante de mCVE 23 307, registadas em Terrenos e recursos naturais, referem-se a 3 lotes de terreno reclassificados, em 2025, como Propriedades de investimento, por passarem a ser detidos para valorização a longo prazo (ver Nota 4). Foram igualmente transferidos da rubrica Ativos fixos intangíveis bens no valor de mCVE 13 345 (2024: mCVE 22 553) (ver Nota 5).

No exercício de 2025, a Empresa procedeu à identificação de um conjunto de bens que integravam as diversas rubricas de Ativos fixos tangíveis, os quais se encontravam integralmente depreciados e já não estavam em uso operacional. Em resultado dessa análise, tais bens foram objeto de abate contabilístico, ascendo a mCVE 3 628 115 os respetivos valores de custo aquisição e depreciação acumulada.

Os movimentos registados em Ativos fixos tangíveis em curso em 2024 e 2025 resumem-se como segue (mCVE):

		Movimentos 2024			Movimentos 2025		
	Saldo em 01.01.2024	Aquisições	Transferências/ Regularização	Saldo em 31.12.2024	Aquisições	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Cloud	78 420	43 517	-	121 937	41 756	-	163 694
Licença expant RAN e CORE	-	131 278	-	131 278	30 413	-	161 691
One + One 2024-25 fase 1: equipamentos e Serviços	-	141 749	-	141 749	16 616	-	158 365
SITES (BTS)	108 044	-	(60 964)	47 080	100 772	(57 586)	90 266
Projeto hotel New Horizont ponta Sinó	-	11 746	-	11 746	70 249	-	81 994
RAN: NPM service	15 906	38 672	-	54 577	2 916	-	57 494
Airpon for fttx phase2 santo antão	-	1 130	-	1 130	54 926	-	56 056
Datacenter modular varzea - DC Huawei	9 841	27 195	-	37 036	15 363	-	52 399
Beneficiação edifici. estação abrigo 2024	-	16 800	-	16 800	12 300	-	29 100
ipv6 e mecanismo proteção cibernético	-	-	-	-	28 064	-	28 064
Fiber to the Home ilha sal	-	-	-	-	28 340	(309)	28 031
Aquisiçao de Hardware Huawei	168 167	-	(121 526)	46 641	-	(19 386)	27 254
Benefic. sede *atlantis + área condutor	-	18 470	-	18 470	7 494	-	25 964
Expansão da rede GPON	33 226	-	(3 570)	29 655	19 983	(25 835)	23 804
IMS - expansão de licenças	9 181	20 707	-	29 888	2 204	(9 293)	22 799
Piloto 5G - SV_Mindelo_PRM	-	18 134	-	18 134	1 580	-	19 714
FBB_internet nas escolas da Praia	-	-	-	-	18 512	-	18 512
Upgrade Infrastrutura de Backup	-	11 401	-	11 401	-	-	11 401
Power Praia - gerador 650kva	-	9 811	-	9 811	-	-	9 811
Stream 4G Capacidade	24 487	-	(12 818)	11 669	410	(9 703)	2 376
Projecto segurança 2023	10 047	9 073	-	19 121	-	(19 121)	-
Projeto hotel tortuga	-	23 518	-	23 518	-	(23 518)	-
Datacom sw upgrade	-	26 237	-	26 237	-	(26 237)	-
IPTV: novos canais SD & H	777	22 633	-	23 409	-	(23 409)	-
Modernização IVR	8 530	7 486	-	16 016	-	(16 016)	-
FTTH R. Julião, Châ Marinha e Monte Sossego	-	14 587	-	14 587	2 510	(17 097)	-
Outros Ativos tangíveis em curso	2 993	101 773	(13 991)	90 775	373 588	(150 911)	313 452
	469 618	**695 917**	**(212 869)**	**952 666**	**827 996**	**(398 422)**	**1 382 241**

4. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS

O detalhe dos valores escriturados em Propriedades de Investimento é apresentado no quadro seguinte:

	mCVE	
	2025	**2024**
Achada Grande – Palha Sé 15 lotes com 52.613 m2	155 294	205 168
Várzea da Companhia – Barraca Costa 1 lote com 3.870 m2	193 507	104 495
Achada Grande Frente 2103 m2	17 544	-
Achada Fátima – Redonda 1 lote com 2.115 m2	12 268	9 518
Vila Esperança, Achada Grande Trás, 357m2	7 214	-
Vila Esperança, Achada Grande Trás, 105m2	2 122	-
	387 949	**319 181**

Esses terrenos são detidos para valorização do capital a longo prazo. Inicialmente registados pelo custo de aquisição, passaram a ser valorizados pelo justo valor, baseado em avaliações efetuadas por técnicos independentes e especializados. Para determinação do justo valor foi utilizado o Método de Comparação de Mercado.

Os terrenos de Achada Grande Frente e Vila Esperança foram transferidos de Ativos fixos tangíveis, com um custo de aquisição total de mCVE 23 307 (ver Nota 3), avaliados, em 2025, ao justo valor de mCVE 155294.

Relativamente ao terreno da Palha Sé, com área total de 52 613 m2, a Camara Municipal da Praia reclama a propriedade de uma parcela correspondente a 20 446 m2, reclamação essa prontamente contestada pela Empresa. Contudo, por prudência, a avaliação efetuada a esse terreno incidiu apenas sobre a área livre de disputa, correspondente a 54% da área total.

O ganho de justo valor resultante da avaliação da totalidade dos terrenos ascendeu a mCVE 45 461.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2025 e 2024 nestas rubricas decompõem-se como segue (em mCVE):

	Direitos de exploração - infraestruturas concessionadas	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2024						
Valor de aquisição ou reavaliado	18 918 279	7 511 521	153 798	2 619 425	785 605	29 988 628
Amortização acumulada	(13 901 322)	(6 778 580)	(149 609)	(1 619 441)	-	(22 448 953)
Valor líquido	5 016 957	732 942	4 188	999 983	785 605	7 539 676
VARIAÇÕES EM 2024						
Valor liquido inicial	5 016 957	732 942	4 188	999 983	785 605	7 539 676
Aquisições	-	-	-	15 969	742 937	758 906
Transferências	57 943	189 470	-	-	(284 331)	(36 918)
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercicio	(382 782)	(403 213)	(339)	(208 454)	-	(994 788)
Valor líquido	4 692 118	519 199	3 850	807 497	1 244 211	7 266 875
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024						
Valor de aquisição ou reavaliado	18 161 252	7 700 991	153 798	2 635 393	1 244 211	29 895 646
Amortização acumulada	(13 469 134)	(7 181 793)	(149 948)	(1 827 896)	-	(22 628 771)
Valor líquido	4 692 118	519 199	3 850	807 497	1 244 211	7 266 875
VARIAÇÕES EM 2025						
Valor liquido inicial	4 692 118	519 199	3 850	807 497	1 244 211	7 266 875
Aquisições	-	-	-	21 871	415 846	437 716
Transferências	79 357	330 243	-	201 380	(492 405)	118 576
Regularizações	-	-	-		(133 308)	(133 308)
Abates/alienações - valor de aquisição ou reavaliado	(1 098 580)	(2 715 195)	(739)	(495 621)	-	(4 310 135)
Abates/alienações - amortização acumulada	1 098 580	2 715 195	739	494 355	-	4 308 869
Amortização do exercicio	(380 467)	(392 390)	(300)	(142 959)	-	(916 116)
Valor líquido	4 391 008	457 052	3 550	886 523	1 034 345	6 772 477
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025						
Valor de aquisição ou reavaliado	17 142 029	5 316 040	153 059	2 363 023	1 034 345	26 008 496
Amortização acumulada	(12 751 021)	(4 858 988)	(149 509)	(1 476 500)	-	(19 236 018)
Valor líquido	4 391 008	457 052	3 550	886 523	1 034 345	6 772 477

A Empresa goza do direito de exploração dos investimentos efetuados nas infraestruturas concessionadas que integram a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, as quais no final da concessão revertem para o Estado de Cabo Verde, sendo, por isso, registados como Ativos Intangíveis.

O saldo de infraestruturas concessionadas inclui o EllaLink, que é um avançado sistema de cabos submarinos que oferece conectividade segura de alta capacidade numa única rota transatlântica de baixa latência que atende às crescentes necessidades dos mercados latino-americano e europeu. A rede EllaLink liga diretamente o Brasil e a Europa, unindo os principais centros de São Paulo e Fortaleza a Lisboa, Madrid e Marselha. O investimento da Conectividade Ellalink foi de mCVE 2.761.452. Entrou em funcionamento em julho de 2022. O saldo líquido contabilístico ascende a mCVE 2 263 221.

O saldo inclui ainda o cabo submarino internacional WACS (West Africa Cable System), cujo saldo líquido contabilístico ascende a mCVE 368 731 (2024: mCVE 426 951), resultante de um investimento de mCVE 1 934 218, o que equivale a uma participação da Empresa de 3,1685% no Consórcio.

Os ativos afetos às infraestruturas concessionadas são amortizados de acordo com o art. 6º da Portaria nº 42/2015, em função do número de anos que restam do período de concessão, quando aquele não for inferior ao seu período mínimo de vida útil.

No exercício de 2025, a Empresa procedeu à identificação de um conjunto de bens que integravam as diversas rubricas de Ativos intangíveis, os quais se encontravam integralmente depreciados e já não estavam em uso operacional. Em resultado dessa análise, tais bens foram objeto de abate contabilístico, ascendo a mCVE 4 308 869 os respetivos valores de custo aquisição e de depreciação acumulada.

Os movimentos registados em Ativos intangíveis em curso resumem-se no quadro seguinte (mCVE):

		Movimentos 2024			Movimentos 2025			
	Saldo em 01.01.2024	Aquisições	Transferências/ Regularização	Saldo em 31.12.2024	Aquisições	Transferências	Regularização	Saldo em 31.12.2025
Construção de Estação Terminal Ellalink	630 832	141 226	-	772 058	109 482	-	-	881 540
Protocol analyzer / smart care	-	6 604	-	6 604	53 545	-	-	60 149
Substituição Cabo Inter Ilhas	-	7 816	-	7 816	10 761	-	-	18 577
Upgrade Capacidade Ellalink 200G para 400 GBP	10 333	-	-	10 333	189	-	-	10 522
Autom prov GPON: dev-prov+lev-cadast|sys	-	9 434	-	9 434	-	-	-	9 434
Sistemas de Segurança	7 793	-	-	7 793	-	-	-	7 793
RPA: licenças, serviços integração	-	6 616	-	6 616	-	-	-	6 616
Cabos f.optica Terrest. e Submarino	6 525	-	-	6 525	-	-	-	6 525
Segurança de abrigos	4 299	337	-	4 636	-	-	-	4 636
Rebranding Grupo CVT	67 050	10 555	-	77 605	9 301	(86 906)	-	-
Projecto Modular Data center	42 042	69 096	-	111 138	7 872	(114 240)	(4 770)	-
Manutenção suporte NGIN 2024	-	65 663	-	65 663	-	(65 663)	-	-
LICENÇA 4G ARME	3 375	-	(1 500)	1 875	-	(1 875)	-	-
Contrato manutençao Huawei 2024	-	128 538	-	128 538	-	-	(128 538)	-
Contabilidade Analitica - Ferramenta PCM	-	17 846	-	17 846	-	(17 846)	-	-
Evolutivas : APP/Web 2023	5 866	-	(5 866)	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis em curso	7 492	279 206	(276 965)	9 733	224 696	(205 874)	-	28 555
	785 605	742 937	(284 331)	1 244 211	415 846	(492 405)	(133 308)	1 034 345

As regularizações no montante de mCVE 128 538, relacionadas com serviços de manutenção prestados pela Huawei em anos anteriores, foram registadas por contrapartida de Outros gastos e perdas (ver Nota 26).

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se nos quadros seguintes as informações relativas às participações financeiras valorizadas (i) segundo o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e (ii) ao custo de aquisição.

Participação valorizada segundo o MEP

A Empresa detém uma participação de 40% na Directel valorizada segundo o MEP, uma vez que detém controlo sobre a mesma por via de participação no Conselho de Administração. O valor da participação na Directel apresenta saldo nulo desde 2022, tendo em conta a acumulação de resultados negativos nos últimos anos (em 2024 foram 11 103 mCVE negativos (ver abaixo).

Participações valorizadas ao custo de aquisição

Resumem-se como segue (em mCVE):

	Custo de aquisição	Imparidade acumulada	Saldo em 31.12.24	Saldo em 31.12.25	Participação	Sede
SISP	10 000	-	10 000	10 000	9,52%	Praia
Tudo Directo	11 303	(11 303)	-	-	45,36%	Praia
RASCOM	5 942	-	5 942	5 942	0,28%	Abidjan
	27 245	(11 303)	15 942	15 942		

Tudo Directo apresentava um capital próprio negativo de mCVE 18 413 em 2007, últimas demonstrações financeiras disponíveis, pelo que a participação financeira no valor de mCVE 11 303 encontra-se ajustado por imparidade.

Em 2025 a SISP distribuiu dividendos relativos ao exercício de 2024 no montante de mCVE 26 859 (ver Nota 25).

As informações financeiras das participadas à data de 31 de dezembro de 2025 resumem-se como segue (em mCVE):

	Saldos 2025				
	Total do	**Total do passivo**	**Capital**	**Rendimentos**	**Resultado**
Directel Cabo Verde, Lda (contas 2024)	156 301	94 110	62 192	127 907	(11 103)
SISP	2 663 016	932 976	1 730 040	1 961 523	245 809
Tudo direto a)					
Rascom a)					
	156 301	94 110	62 192	127 907	(11 103)

a) Demonstrações financeiras não disponíveis

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo decompõe-se como segue:

		mCVE	
		2025	**2024**
Corrente			
Partes relacionadas (ver Nota 31)			
Directel	(i)	21 104	65.089
Correios de Cabo Verde		41 918	25.033
Ministério das Finanças	(ii)	41 000	285 912
ESTADO - CCI	(iii)	16 000	16 000
FINK TELECOM SERVICES GMBH		15 328	3 863
Pessoal	(vi)	11 809	10 429
CHINA UNICOM(S.ÁFRICA)OPERATIONS		5 112	1 067
Huawei Marine Networks Co. Ltd		1.410	1 410
RTC - Rádio Televisão Cabo-verdiana	(iv)	-	208 189
		123.257	84 753
		276 938	**701 746**
Menos:			
Perdas por imparidade acumuladas	(v)	(43 503)	-
		233 435	**701 746**
Não corrente			
Ministério das Finanças	(ii)	132 026	166 547
Pessoal	(vi)	7 971	9 350
		139 996	**175 897**
		373 431	**877 643**

(i) Directel

O saldo resulta de prestação de serviços de telecomunicações e vendas de telemóveis e cupões de recarga. A regularização é efetuada por encontro de contas com serviços prestados pela Directel relacionados com cedência de pessoal de back e front office, evidenciados na Nota 17.

(ii) Ministério das Finanças

O saldo refere-se aos pagamentos efetuados ao fornecedor Huawei, no âmbito do projeto "Cidade Segura", no montante de mCVE 427 306, os quais foram financiados através de um empréstimo contraído para o efeito junto do Banco BAI (ver Nota 15 (C), acrescido de juros vencidos associados a esse empréstimo, no montante de mCVE 86 016. O valor remanescente de curto prazo, que ascendia a mCVE 285 912 em 2024, foi liquidado por encontro de contas com a renda de concessão devida ao Estado de Cabo Verde (ver Nota 18).

O saldo de 2025 inclui os gastos de conectividade do projeto Cidade Segura, bem como os custos associados ao empréstimo. A parcela de mCVE 132 026, classificada em Não Corrente, será regularizada por encontro de contas com as rendas anuais da concessão, no valor de mCVE 41 000, durante o período de 2027 a 2029.

(iii) ESTADO - CCI

O saldo, transitado de exercícios anteriores, resulta dos pagamentos efetuados pela Empresa à CCI - Câmara de Comércio Internacional de Paris por conta do Estado de Cabo Verde, no âmbito do diferendo deste com a "PT/OI", relacionado com o Acordo Parassocial celebrado entre acionistas da CVT.

(iv) Radiotelevisão Cabo-verdiana, S.A.

Em 2024, o saldo, transitado de exercícios anteriores, correspondia aos juros de mora debitados pela Empresa, registados por contrapartida de Diferimentos passivos (ver Nota 21), atendendo à incerteza quanto à sua cobrança. Em 2025, confirmando-se a dificuldade em concretizar esses débitos, os dois saldos foram anulados.

(v) Perdas por imparidade acumuladas

As perdas por imparidade associadas a Outras contas a receber, anteriormente registadas na rubrica de Clientes, foram, em 2025, transferidas para a presente rubrica (ver Nota 10).

(vi) Pessoal.

O saldo corresponde essencialmente aos empréstimos, não remunerados, concedidos aos colaboradores, no âmbito da responsabilidade social da Empresa, os quais assumem três vertentes:

- Empréstimo para habitação: tem limite máximo de mCVE 360, reembolsáveis em 36 prestações mensais fixas e sucessivas;
- Empréstimo para encargos extraordinários: tem como limite máximo dois salários brutos, podendo ser reembolsado em 12 prestações mensais fixas e sucessivas;
- Empréstimo para doença: tem limite máximo de mCVE 480, reembolsáveis em 40 prestações mensais fixas e sucessivas.

São elegíveis os colaboradores com vínculo contratual por tempo indeterminado ou com contrato a prazo há mais de dois anos e apresentam pelo menos um fiador que seja igualmente colaborador da Empresa.

8. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em conformidade com o disposto no artigo 12.º do Código dos Benefícios Fiscais (CBF), a Empresa identificou, no exercício de 2025, investimentos elegíveis no montante total de mCVE 1 589 730. Nos termos do referido artigo, 20% destes investimentos qualificam-se para efeitos de crédito fiscal, originando um benefício no valor de mCVE 317 946, dos quais mCVE 86 464 foram deduzidos à coleta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) relativa ao exercício de 2025. O montante não utilizado, no valor de mCVE 231 482, corresponde ao saldo do ativo por imposto diferido reconhecido à data do balanço. Este montante poderá ser deduzido à coleta dos 15 exercícios subsequentes, até ao limite de 50% da coleta de cada exercício.

9. INVENTÁRIOS E GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	mCVE	
	2025	**2024**
Mercadorias	266 645	239 414
Perdas por imparidade acumuladas em mercadorias	(26 328)	(23 787)
	240 317	215 628
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 483 147	998 057
Perdas por imparidade acumuladas em matérias primas	(80 762)	(55 719)
	1 402 385	942 338
	1 642 702	1 157 966

As mercadorias referem-se, essencialmente, a cartões de recarga e telemóveis e “Set-top-boxes” e “Routers”.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são referentes, essencialmente, a materiais para a montagem de torres, antenas e outros equipamentos de telecomunicações, no âmbito dos projetos de ampliação e melhoria da rede 4G, e a cabos de fibra para expansão da rede.

As perdas por imparidade em inventários foram, no exercício de 2025, reforçadas em mCVE 27 585 (em 2024 foram reforçadas em mCVE 9 843 e revertidas em mCVE 10 642). O saldo assim resultante é considerado adequado para fazer face a perdas potenciais de valor nos inventários calculadas com base em critérios de avaliação técnico-comercial.

Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Decompõem-se como segue:

	mCVE	
	2025	**2024**
Existências iniciais	1 237 469	1 134 491
Compras	1 587 510	781 580
Cedências de equipamentos	(4 599)	10 959
Regularizações	(954 614)	(546 085)
Existências finais	(1 749 792)	(1 237 471)
	115 974	**143 474**

As regularizações e referem-se, essencialmente, à incorporação de matérias-primas, subsidiárias e de consumo em projetos de investimento, registados em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

10. CLIENTES

O saldo desta rúbrica decompõe-se como segue:

		mCVE	
		2025	**2024**
Corrente			
Partes relacionadas			
ASA		669	8 077
Directel Cabo Verde - Serviços e Comunicações, Lda.		-	-
RTC - Rádio Televisão Cabo-verdiana	(i)	173 683	199 463
Unitel T+	(ii)	135 460	27 256
Roaming	(iii)	242 908	226 320
Distribuidores	(iv)	164 479	154 000
Rede do Estado		27 086	27 086
Transportes Aéreos de Cabo Verde		34 080	57 162
Outras empresas e particulares		2 919 219	3 099 960
		3 697 583	**3 799 325**
Perdas por imparidade acumuladas	(v)	(2 353 475)	(2 470 194)
		1 344 108	**1 329 132**
Adiantamentos		5 008	4 874

(i) RTC - Radiotelevisão Cabo-verdiana, S.A.

O saldo a receber, maioritariamente transitado de exercícios, resulta da prestação serviços de telecomunicações.

Em 2017, as partes acordaram um plano de regularização da dívida em prestações anuais de mCVE 36 000 até 2024, o qual não foi, contudo, integralmente cumprido.

(ii) Unitel T+

O saldo a receber da Unitel T+ resulta, essencialmente, de serviços de interligação, circuitos e instalação de WACS. São efetuados encontros de contas trimestralmente entre as partes.

(iii) Roaming

Compreende valores a receber de diversos operadores estrangeiros respeitantes a comunicações "roaming", através da plataforma de gestão de chamadas internacionais ("Clearing House"), entidade que funciona como câmara de compensação entre os operadores.

(iv) Distribuidores.

Saldos a receber dos revendedores são relativos a recargas de chamadas móveis (grossistas).

(v) Perdas por imparidade acumuladas

As perdas por imparidade acumuladas registaram os seguintes movimentos:

	mCVE	
	2025	**2024**
Saldo inicial	2 470 193	2 226 400
Reforço	355 545	244 150
Reclassificação (ver Nota 7)	43 503	-
Utilização	(428 759)	(357)
Saldo final	2 440 482	2 470 193

O saldo resultante é considerado adequado, por referência a critérios de avaliação comercial.

11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

		mCVE	
		2025	2024
Fornecedores nacionais:			
FUSI	(i)	60 000	50 000
MELO CONSTRUÇÕES, LDA.	(ii)	30 672	-
ELECTRA & EDEC	(iii)	48 416	-
Armando Cunha S.A.	(iv)	21 456	65 932
TEI, S.A	(v)	18 010	6 392
M&J TECH-TECHN. AND INNOV., LDA.		8 825	-
Deco Design Ltda		8 223	8 223
A2L - Arquitetura e Construção, Lda		6 235	-
VIVO ENERGY CABO VERDE		5 543	5 543
ANAC - ARME	(vi)	-	316 796
Outros		59 586	62 619
		266 965	**515 505**
Fornecedores estrangeiros:			
IT LOP, Lda	(vii)	69 588	79 446
HUAWEI	(viii)	58 415	17 014
SALTO Systems Portugal	(ix)	16 362	8 003
Oracle Systems Limited		12 588	-
LAPP Portugal, S.A		10 488	-
MATEXPLAS, LDA.		7 842	28 252
ELOSPARE		6 609	18 814
VideoMetragem		5 046	5 046
Claranet II Solutions, S.A.		4 733	4 733
B2GTrading		3 589	5 917
PRIME-R, LDA.		3 543	32 154
Inovagera Tecnologias		2 481	-
Worktel		2 008	17 360
TELNET FIBER OPTIC S.L		-	8 574
Mollier Engenharia, Lda.		-	6 669
Outros		22 799	20 862
		226 093	**252 843**
		493 058	**768 348**

(ii) FUSI - Fundo do Serviço Universal e Desenvolvimento da Sociedade de Informação

O saldo corresponde aos adiantamentos a título de contribuição para o referido fundo, nos termos acordados em 2020 e 2023, enquanto se aguarda pela adequação do diploma que regula o regime jurídica das taxas e contribuições (Lei 100/VIII/2015).

(iii) Melo Construções

O saldo refere-se a adiantamentos para as obras do edifício Achada Grande Trás, deduzidos das faturas emitidas.

(iv) EDEC

Nos termos acordados, é efetuado mensalmente um adiantamento à EDEC por conta do consumo de energia. O saldo é regularizado por encontro de contas, também numa base mensal.

(v) Armando Cunha S.A.

O saldo representa o valor remanescente dos adiantamentos efetuados no âmbito dos trabalhos na estrutura das instalações do cabo Ellalink, deduzidos das faturas entretanto emitidas.

(vi) ARME

Em 2024, o saldo de mCVE 316 796 correspondia aos pagamentos efetuados à ARME – considerados como adiantamentos - relativos a taxas de regulação e de utilização do espetro radioelétrico e contribuições, efetuados ao abrigo dos Acordos de Adiantamento por Conta celebrado entre as partes em janeiro de 2019 e em agosto de 2021. Os adiantamentos efetuados representam entre 60 e 65% do valor faturado pela ARME, enquanto se aguarda que a faturação seja emitida nos termos da Lei 100/VIII/2015 - Regime Jurídico das Taxas e Contribuições. Em 2025, foram efetuados adiantamentos de mCVE 91 605, perfazendo um total de mCVE 408 401.

Entretanto, uma vez que estes adiantamentos assumem a natureza de pagamentos à ARME referentes às taxas de regulação e de direitos de utilização (as quais são registadas em Fornecedores por acréscimos de gastos (ver Nota 17)), com vista a assegurar uma melhor classificação contabilística, os dois saldos foram apresentados no balanço, em 2025, pelo valor líquido que apresentavam – mCVE 1 359 727 e mCVE 408 401, respetivamente.

(vii) IT Lop, Lda.

Relacionam-se com adiantamentos efetuados em 2025 para aquisição de equipamentos terminais (telemóveis) e acessórios.

(viii) HUAWEI

Os adiantamentos à Huawei (Huawei International Co. Limted e Huawei Technologies Senegal SARL) relacionam-se com o fornecimento de equipamentos de tecnológicos e infraestruturas de telecomunicações.

(ix) SALTO Systems Portugal

Os adiantamentos relacionam-se com encomendas de materiais para segmento B2B.

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O saldo decompõe-se como segue:

	mCVE	
	2025	**2024**
Caixa	15 350	9 629
Depósitos à ordem	370 830	394 080
	386 180	**403 709**

13. CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2025 e em 2024 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

(a) Capital realizado

De acordo com o artigo 5º dos estatutos da Empresa, o capital social, no montante mCVE 1 000 000, representado por 1.000.000 de ações com o valor nominal unitário de mCVE 1 000, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

O capital é detido pelas seguintes entidades:

	%	mCVE
Instituto Nacional de Previdência Social	57,9	579 000
ASA, S.A	20,0	200 000
Privados nacionais	13,7	137 000
Sonangol CV	5,0	50 000
Estado de Cabo Verde	3,4	34 000
	100,0	1 000 000

(b) Reservas Legais

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para (i) cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

(d) Outras Reservas

Compreendem:

(i) Reservas livres, no montante de mCVE 2 230 448 (2024: mCVE2 086 164), disponíveis para distribuição aos acionistas;

(ii) Reservas para investimentos, no montante de mCVE 769 786 (2024: mCVE 467 036), correspondentes à parcela dos resultados apurados nos últimos 3 anos que lhe foi destinada, segundo deliberação dos acionistas em Assembleia Geral; caso sejam reinvestidas nos 3 anos subsequentes à sua constituição, em instalações ou equipamentos novos, de interesse para o fomento da economia nacional, poderão ser deduzidas aos lucros tributáveis, mediante despacho favorável do Ministério das Finanças;

(iii) Reservas gerais (mCVE 133 943) previstas no anterior normativo contabilístico (Plano Nacional de Contabilidade), para as quais não se encontram definidas regras de utilização; e

(iv) Reservas para fins sociais (mCVE 48 543), destinadas exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização coletiva e de serviços coletivos aos trabalhadores, bem como à bonificação de empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente dos trabalhadores; não se encontram definidas regras de utilização para esta reserva.

As aplicações dos resultados líquidos de exercícios de 2024 e de 2023, aprovada em Assembleia Geral, foram como segue:

	mCVE	
	2025	**2024**
Distribuição de dividendos	318 684	292 645
Reservas para investimentos	302 750	292 645
Prémio aos colaboradores	15 934	-
	637 368	**585 290**

Os dividendos distribuídos aos acionistas foram:

	Número de acções	**Percentagem de participação**	**mCVE**	
			2025	**2024**
Estado de Cabo Verde	33 695	3%	9 561	8 779
Instituto Nacional de Previdêncial Social	579 220	58%	184 837	169 734
ASA, SA	200 000	20%	63 737	58 529
Outros accionistas (privados e trabalhadores CVT)	187 085	19%	60 550	55 603
	1 000 000	100%	318 684	292 645

(e) Resultados transitados

O saldo desta rubrica resulta da aplicação dos resultados líquidos de exercícios anteriores, no montante de mCVE 2 151 764, bem como do excedente de revalorização decorrente do processo de inventariação e avaliação do património da Empresa efetuado em 1997, no montante de mCVE 895 918.

14. PROVISÕES

	mCVE	
	2025	**2024**
Corrente		
Plano de Reforma Antecipada	39 427	42 609
Não Corrente		
Plano de Reforma Antecipada	66 501	70 718
Desmantelamento de ativos	53 054	51 836
Processos judiciais e riscos e encargos diversos	2 730	2 730
	122 285	125 283
	161 712	**167 893**

A provisão para o Plano de Reforma Antecipada representa o valor descontado dos encargos totais com a reforma antecipada acordada com 25 trabalhadores, dos quais, 2 em 2019, 3 em 2020, 1 em 2021, 4 em 2022, 4 em 2023, 8 em 2024 e 4 em 2025. A taxa de desconto utilizada foi de 13,21%.

A parcela não corrente será regularizada até 2033.

A provisão para processos judiciais e riscos e encargos diversos representa a melhor estimativa (baseada em informações dos serviços jurídicos) dos encargos em que a Empresa poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios, em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço.

A provisão para desmantelamento de ativos destina-se a fazer face aos encargos com o desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos espaços de localização. É calculada com base no valor atual das respetivas responsabilidades futuras, tendo sido utilizada uma taxa de desconto de 3,36%, e são contabilizadas por contrapartida de um aumento dos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo depreciados de forma linear durante a vida útil esperada desses ativos. A atualização financeira da provisão em 2025 atingiu o montante de mCVE 722 (2024: mCVE 873), registado em Juros e perdas similares suportados (ver Nota 28).

Os movimentos ocorridos na rubrica Provisões foram os seguintes (em mCVE):

	Processos Judiciais em curso	Plano de Reforma Antecipada	Gastos de desmantelamento	TOTAL
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024				
Saldo inicial	2 730	95 384	50 466	148 580
Reforço	-	59 289	1 370	60 659
Utilização	-	(41 346)	-	(41 346)
Valor escriturado	2 730	113 327	51 836	167 893
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025				
Saldo inicial	2 730	113 327	51 836	167 893
Reforço	-	40 712	1 218	41 930
Utilização	-	(48 110)	-	(48 110)
Valor escriturado	2 730	105 928	53 054	161 712

Os reforços da provisão para o Plano de Reforma antecipada são registados por contrapartida de Despesas com o pessoal (ver Nota 24).

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Financiamentos obtidos" apresentava a seguinte composição (em mCVE):

		2025			2024		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Económica de Cabo Verde	**A**						
Financiamento mCVE 500 000 jan20		71 429	71 429	142 857	71 429	142 857	214 286
Financiamento mCVE 500 000 abr24		71 429	321 429	392 857	71 429	392 857	464 286
Financiamento mCVE 200 000 out18		-	-	-	28 571	-	28 571
Banco Caboverdiano de Negócios	**B**						
Financiamento mCVE 500 000 jun21		71 429	214 286	285 714	71 429	285 714	357 143
Financiamento mCVE 350 000 abr18		-	-	-	50 000	-	50 000
Financiamento mCVE 200 000 abr18		-	-	-	28 572	-	28 572
Banco BAI Cabo Verde	**C**						
Financiamento mCVE 300 000 dez23		59 863	128 682	188 544	57 062	188 544	245 607
Financiamento mCVE 300 000 ag23		42 857	171 429	214 286	42 857	214 286	257 143
Financiamento mCVE 300 000 dez24		56 835	193 404	250 240	18 131	81 869	100 000
Ecobank	**D**						
Financiamento mCVE 500 000 mar22		71 429	214 286	285 714	71 429	285 714	357 143
Sindicato BCA/BI	**E**						
Financiamento - mCVE 500 000 - 2023		71 429	285 714	357 143	71 429	357 143	428 571
Financiamento - mCVE 500 000 - 2021		71 429	142 857	214 286	71 429	214 286	285 714
Financiamento - mCVE 500 000 - 2019		71 429	-	71 429	71 429	71 429	142 857
Banco Europeu de Investimento	**F**						
1ª Tranche - mCVE 968 196		71 718	573 745	645 464	71 718	645 464	717 182
2ª Tranche - mCVE 687 153		50 900	432 652	483 552	50 900	483 552	534 452
3ª Tranche - mCVE 623 937		46 218	439 067	485 285	46 218	485 285	531 502
4ª Tranche - mCVE 141 031		10 849	108 485	119 334	10 849	119 334	130 182
Empréstimo Obrigacionista	**G**						
INPS - mCVE 300 0000		37 500	131 250	168 750	37 500	168 750	206 250
Banco Comercial do Atlântico							
Financiamento mCVE 500 000 abr25	**H**	64 459	404 261	468 720	-	-	-
Total de Empréstimos		**941 198**	**3 832 975**	**4 774 174**	**942 378**	**4 137 083**	**5 079 461**

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade:

	CECV	BCN	BAI	Sindicato BCA/BI	BEI	ECOBANK	Empréstimo Obrigacionista	BCA	Total
2027-2028	214 286	142 857	336.570	285 714	359 369	142 857	75 000	136 876	1 693 529
2029-2030	142 857	71 428	156.945	142 857	359 369	71 429	56 250	148 217	1 149 352
Após 2030	35 714	-	-	-	835 212	-	-	119 168	990 094
	392 857	214 286	493 515	428 571	1 553 950	214 286	131 250	404 261	3 832 975

(A) Caixa Económica de Cabo Verde

Os dois primeiros, representam os saldos remanescentes dos financiamentos obtidos em abril de 2024 e janeiro de 2020, remunerados à taxa anual de 4,5% e 5%, reembolsáveis em 14 prestações semestrais de mCVE 35.714 e 7 prestações anuais de mCVE 71 429, respetivamente. Encontram-se garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

O terceiro financiamento, obtido em outubro de 2018, vencia juro à taxa anual fixa de 5,75%, tendo a última prestação sido reembolsada em 2025.

(B) Banco Caboverdiano de Negócios

O financiamento de mCVE 500 000, sob forma de linha de crédito, foi obtido em junho de 2021, com um prazo de utilização de 6 (seis) meses, sendo reembolsável em 7 prestações anuais de mCVE 71 429, com início em janeiro de 2023. Vence juros à taxa anual fixa de 4,5%. O financiamento está garantido por livrança em branco.

Os financiamentos obtidos em abril de 2018 pelas empresas CVMÓVEL e CVMULTIMÉDIA, posteriormente incorporadas na CVT em 1 de julho de 2023, venceram juros à taxa anual fixa de 5,5%, tendo as últimas prestações sido reembolsadas em 2025.

(C) Banco BAI Cabo Verde

Representam os saldos remanescentes dos financiamentos obtidos, garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

O financiamento obtido em dezembro de 2024, sob forma de conta corrente caucionada, vence juros à taxa fixa de 4,8%, tendo sido feito um primeiro desembolso, em dezembro de 2024, no montante de mCVE 100 000 e o valor remanescente de mCVE 200 000 desembolsada em janeiro de 2025. O empréstimo é reembolsável em prestações mensais de capital e juros, no montante de mCVE 5 634.

O financiamento obtido em agosto de 2023, vence jutos à taxa fixa anual de 4%, sendo reembolsável em prestações anuais, no montante de mCVE 42 857.

O financiamento obtido em dezembro de 2023, vence juros à taxa fixa de 4,8%, sendo reembolsável em prestações mensais de capital e juros, no montante de mCVE 5 634.

(D) Ecobank

O financiamento de mCVE 500 000, sob a forma de linha de crédito, obtido em março de 2022, vence juros à taxa fixa de 4,0%. É reembolsável em 7 prestações anuais de mCVE 71 429. O empréstimo encontra-se garantido por uma livrança em branco subscrita pela Empresa e pela domiciliação mensal de receitas no valor mínimo de mCVE 50 000.

(E) Sindicato Banco Comercial Atlântico e Banco Interatlântico

Representam os saldos remanescentes dos financiamentos obtidos, garantidos por duas livranças em branco subscritas pela Empresa.

Os financiamentos foram obtidos, **r**espetivamente, em março de 2023, abril de 2021 e agosto de 2019; vencem juros (i) à taxa fixa anual de 3,75%, (ii) à taxa de juros variável indexada ao BCA Index 6 meses, deduzida de um spread de 2,2%, a qual ascendeu a 4,675% e (iii) à taxa de juros variável indexada sobre o BCA Index 6 meses, deduzido de um spread de 2%, a qual ascendeu a 4,875%. São reembolsáveis em 7 prestações anuais de mCVE 71 429 e em 14 prestações semestrais de mCVE 35 714.

(F) Banco Europeu de Investimento

Em abril de 2019 foi celebrado um contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimento, no montante total equivalente a mCVE 2 420 317, destinado a financiar o projeto do cabo de fibra ótica Ellalink.

O financiamento foi desembolsado em quatro tranches, como segue:

(i) Novembro de 2019, no montante de 8,78 milhões de Euros (equivalentes a mCVE 968 196), reembolsável em 27 prestações semestrais de mCVE 35 859. Vence juros à taxa anual de 1,28%.

(ii) Julho de 2020, no montante de 6,232 milhões de Euros (equivalentes a mCVE 687 153), reembolsável em 27 prestações semestrais de mCVE 25 450. Vence juros à taxa anual de 1,192%.

(iii) Novembro de 2021, no montante de 5,659 milhões de Euros (equivalentes a mCVE 623 937), reembolsável em 27 prestações semestrais de mCVE 23 109. Vence juros à taxa anual de 1,493%.

(iv) Março de 2022, no montante de 1,410 milhões de Euros (equivalentes a mCVE 141 031), reembolsável em 26 prestações semestrais de mCVE 5 424. Vence juros à taxa anual de 2,03%.

O Empréstimo encontra-se garantido por um contrato de fiança assinado entre o Ministério das Finanças e o Banco Europeu de Investimento, datado de 14 junho de 2019, ao abrigo do qual o Estado garante o cumprimento das obrigações inerentes ao financiamento, em caso de impossibilidade da CVT poder honrar com os respetivos compromissos.

(G) Empréstimo obrigacionista (INPS)

Corresponde à parcela remanescente de um financiamento contratado em 2022 através de uma Oferta Particular de Subscrição de Obrigações, no montante de mCVE 300 000.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como se segue:

(i) Maturidade de 8 anos a contar da data de subscrição, amortizado semestralmente, em iguais prestações de capital, a partir do primeiro cupão (inclusive), no montante de 1/16 do valor emitido, correspondente a mCVE 18 750.
(ii) Taxa de juro fixa de 3,2% ao ano, devidos semestral e postecipadamente;
(iii) O empréstimo tem como garantia a consignação de uma parte das receitas através de um contrato com um banco liquidatário;
(iv) A emissão das obrigações destina-se ao co-financiamento do *Business Plan* da Empresa.

(H) Banco Comercial do Atlântico

O financiamento de mCVE 500 000, obtido em abril de 2025, vence juros à taxa fixa de 4,0%. É reembolsável em 28 prestações trimestrais de capital e juros de mCVE 20 562. O empréstimo encontra-se garantido por uma livrança em branco subscrita pela Empresa.

16. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os passivos por impostos diferidos relacionam-se com ganhos de justo valor, no montante de mCVE 211 702, resultantes da avaliação das propriedades de investimento (ver Nota 4). O aumento do saldo face ao exercício anterior deve-se ao efeito conjugado do acréscimo dos ganhos de justo valor decorrente da avaliação efetuada em 2025 e da atualização da taxa de imposto de 21,42% para 20,40%, sendo esta a taxa aprovada para utilização futura.

17. FORNECEDORES

O saldo decompõe-se como segue:

		mCVE	
		2025	**2024**
Fornecedores, conta corrente:			
Partes relacionadas (ver Nota 31)			
DIRECTEL	(i)	-	43 797
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA		1	137
Huawei Internatonal Co. Limited	(ii)	631 501	334 623
IT LOP, Lda		53 218	55 493
Altice Labs, S.A.		32 404	40 302
ARME		30 686	30 686
ACCENTURE		29 869	20 150
Huawei Techologies Senegal SARL	(ii)	27 065	74 974
IBASIS Portugal, S.A.		18 828	12 983
SALTO Systems Portugal		17 486	-
PT VENTURES,SGPS, SA		13 864	13 864
MATEXPLAS,LDA		13 703	32 829
P&T Luxembourg		12 090	12 089
PRIME-R, LDA.		4 782	55 698
REDEVAERK		4 611	-
TACV - TRANSPORTES AEREOS DE CV		3 648	-
ÁGUAS E ENERGIA DA BOAVISTA-AEB		1 313	13 157
EDEC &ELECTRA		-	24 423
ELOSPARE		-	18 459
KPMG ADVISORY - CONSULTORES DE GEST		-	16 540
Outras entidades		209 203	215 519
		1 104 272	**1 015 723**
Fornecedores - faturas em recepção e conferência			
Huawei Internatonal Co. Limited	(ii)	48 333	153 215
MEO - Serviços de Comunicações		13 728	16 540
DELOITTE CONSULTORES, S.A.		12 736	12 736
S.C.H.-SOCIED. COM. SOLDAD. HELV.,SU,LDA		11 204	-
Outras entidades		102 385	51 850
		188 386	**234 341**
Fornecedores por acréscimos de gastos			
ARME	(iii)	951 326	1 175 563
Outros		252 824	279 521
		1 204 150	**1 455 083**
		2 496 808	**2 705 147**

(i) **Partes relacionadas - Directel**

O saldo respeita a serviços prestados pela Directel, relacionados com a cedência de pessoal de back e front office. Em 2025, o saldo foi regularizado através de encontro de contas com os serviços de telecomunicações prestados à Directel, bem como com as vendas de telemóveis e cupões de recarga, conforme evidenciado na Nota 7.

(ii) **Huawei International**

O saldo relaciona-se com a aquisição de equipamentos de tecnologias e infraestruturas de telecomunicações.

(iii) ARME

O saldo compreende, essencialmente, taxas de regulação e direitos de utilização devidos à ARME.

Os adiantamentos à ARME foram realizados por conta das taxas de regulação, uma vez que as faturas emitidas não se encontram em conformidade com a lei nº 100/VIII/2015 que aprova o Regime Jurídico das Taxas e Contribuições. Sendo assim, as partes acordaram que a Empresa efetuaria pagamentos a título de adiantamentos, ficando a regularização sujeita a emissão posterior da faturação adequada.

O reconhecimento do gasto do exercício correspondente ao adiantamento é registado em Outros gastos e perdas. O montante apurado para 2025 ascende a mCVE 184 164 (2024 mCVE 191 089), conforme evidenciado na Nota 26.

Atendendo a que o saldo desta rubrica e o saldo da rubrica Adiantamentos a fornecedores (ver Nota 11) têm a mesma natureza, com vista a assegurar uma adequada classificação contabilística, em 2025 os saldos das duas rubricas foram apresentados no balanço pelo valor líquido.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O saldo decompõe-se como segue (em mCVE):

	2025		2024	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Renda de concessão	-	41 000	-	288 542
Imposto Rendimento Pessoas Colectivas				
Estimativa de imposto	-	-	-	-
Imposto a recuperar	34 870	-	48 833	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	25 706		6 783	-
Contribuições para ao Instituto da Previdência Social	-	17 775	-	17 978
Imposto Rendimento Pessoas Singulares (IRPS)	-	14 967	-	14 281
Outros	-	807	-	966
	60 575	74 549	55 616	321 767

Estado de Cabo Verde – renda de concessão

O saldo em 2025, no montante de mCVE 41 000, corresponde à renda anual da concessão, conforme mencionado na Nota Introdutória.

O saldo transitado de 2024, no montante de mCVE 288 542, foi regularizado no âmbito do encontro de contas com os valores devidos à Empresa, associados ao projeto “Cidade Segura” (ver Nota 7).

Imposto sobre o rendimento de pessoas coletiva - IRPC

Os encargos com o IRPC do exercício resumem-se como segue:

		mCVE	
		2025	**2024**
Resultado antes de impostos		748 977	705 852
Deduções:			
Dividendos recebidos		(26 859)	(31 695)
Incentivos fiscais - aquisiçao de água e electricidade (Art 48º LOE 2022)		-	(104 897)
Benefícios fiscais - mecenato, desmantelamento		(20 845)	(20 622)
Desmantelamento em Gastos não especificados		(1 516)	(2 031)
Acréscimos:			
Resultado fiscal estimado		**852 178**	**575 025**
Reporte de prejuízo fiscal de anos anteriores		(28 715)	(287 512)
Matéria coletável		823 463	287 512
Taxa do imposto aplicável		21,42%	21%
Imposto estimado		176 386	61 585
Tributação autónoma		8 362	8 594
Encargo corrente do imposto sobre lucros - coleta	**A**	**184 748**	**70 180**
Deduções à coleta			
Benefício fiscal ao investimento (art 12º do CBF)		**(86 302)**	**-**
Pagamentos fracionados		**(39 934)**	**(25 897)**
Total de deduções à coleta	**B**	**(126 236)**	**(25 897)**
Imposto a pagar	**(A+B)**	58 512	44 283
Efeito líquido do imposto diferido (ver Notas 8 e 16)	**C**	**310 206**	**-**
Imposto sobre o rendimetodo do exercício	**(C-A)**	**125 458**	**(68 485)**

Imposto a recuperar

O saldo devedor do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) de mCVE 34 870 resulta, essencialmente, do saldo líquido devedor de mCVE 48 833, transitado do exercício anterior, acrescido (i) dos pagamentos por conta efetuados em 2025 (mCVE 39 934), (ii) do pagamento do imposto de 2024 (mCVE 44 388) e (iii) da dedução à coleta (mCVE 86 464), deduzido do imposto estimado relativo ao exercício de 2025
(mCVE 184 748).

Em 2025, foi efetuado o reporte da parcela remanescente dos prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2016 a 2022, no montante de mCVE 28 715. Os correspondentes impostos diferidos ativos, no valor de mCVE 6 151, não se encontravam registados.

O crédito fiscal, deduzido à coleta, no montante de mCVE 86 302, corresponde a 50% do encargo do corrente imposto sobre lucros (antes a derrama e da tributação autónoma) do exercício de 2025, nos termos do Artigo 12º do Código de Benefícios Fiscais (ver Nota 8).

O saldo de mCVE 125 458 (2024: mCVE 68 485 credor) evidenciado na rubrica Imposto sobre o rendimento do período da Demonstração dos resultados por naturezas compreende mCVE 184 478 referentes ao encargo corrente do exercício com o referido imposto (2024: mCVE 70 180), deduzido do efeito líquido do imposto diferido de mCVE 310 368, o qual resulta (i) de mCVE 317 946 respeitantes ao imposto diferido ativo resultante do crédito fiscal ao investimento, conforme referido na Nota 8, deduzido (ii) de mCVE 7 578 correspondente à variação do passivo por imposto diferido associado aos ganhos de justo valor em Propriedades de investimento.

19. ACIONISTAS

O saldo desta rubrica respeita a dividendos por pagar aos acionistas.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo decompõe-se como segue:

		mCVE	
		2025	**2024**
Não Corrente			
Contributos para a Sociedade de Informação	(i)	21 129	26 641
Corrente			
Outros credores			
Contributos para a Sociedade de Informação	(i)	8 832	12 670
Pessoal		14 144	11 996
Fornecedores de investimentos		10 657	14 228
Cauções		12 839	13 907
Outros		16 829	62 183
Credores por acréscimos de gastos:			
Remunerações a liquidar (Direitos a férias)		77 728	77 957
		141 029	**192 940**

(i) Contributos para a Sociedade de Informação

O saldo desta rubrica corresponde ao contravalor descontado de mCVE 29 961 da responsabilidade assumida pela Empresa em efetuar investimentos a título de contributos para a Sociedade de Informação até ao ano de 2034 (9 anos), decorrente das atribuições da Licença de Operador Móvel 3ª Geração – 3G, em 2011, e da Licença de Operador Móvel 4ª Geração – 4G, em 2019. A taxa de desconto utilizada foi de 13,21%. A atualização é anualmente registada como perdas financeiras, ascendendo em 2025 o valor de mCVE 1 720 (2024: mCVE 265) (ver Nota 26).

A parcela não corrente tem a seguinte maturidade:

Maturidade da parcela não corrente de CSI

	mCVE
Até 1 ano	8 832
Entre 1 a 5 anos	13 169
A mais de 5 anos	7 960
	29 961

21. DIFERIMENTOS

O saldo inclui, essencialmente, (i) mCVE 350 903 (2024: mCVE 225 786) de recargas do serviço móvel pré-pago não prestado à data do balanço (chamadas não realizadas), (ii) mCVE 214 406 referentes à venda de capacidade (IRU) no cabo submarino Ellalink à Huawei Marine Networks Co. Ltd, cuja utilização ocorre após a ativação do Cabo Share, por um período de 15 anos, e (iii) mCVE 4 411 (2024: m CVE 10 126) referentes a saldos de Cartões Telefácil não consumidos.

Em 2024, incluía ainda mCVE 208 159, transitados de exercícios anteriores, correspondentes aos juros de mora debitados à RTC - Radiotelevisão Cabo-verdiana, registados nesta rubrica dada a incerteza quanto à sua cobrança. Em 2025, confirmando-se a dificuldade em concretizar esses débitos, os dois saldos foram anulados (ver Nota 7).

22. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	mCVE	
	2025	**2024**
Vendas de mercadorias	**94 935**	**158 307**
Prestação de serviços		
Pré-pago	3 161 259	2 938 472
Internet	1 410 530	1 270 276
Pós-pago	345 213	314 567
VOIP	261 688	217 550
Roaming	184 361	170 070
Contratos Empresariais	288 102	372 050
TV/DSL	102 703	89 349
Telefone Fixo	173 893	200 021
Lacete Local - ORALL	-	35
Interligação	92 506	98 490
Circuitos alugados	465 934	425 983
Serviços Dados - Mercado Externo	43 656	-
Serviços SMS - Mercado Externo	15 081	-
Outros serviços	112.619	161.855
	6 657 544	**6 258 717**
Descontos e abatimentos		
Pré-pago	(337 651)	(212.347)
Pós-pago	(88 671)	(82.444)
TV/DSL	(6 536)	(17.730)
Outros	-	-
Telefone Fixo	(6 903)	(8 172)
Circuitos alugados	(73 750)	(70 996)
	(513 510)	**(391 689)**
Total de vendas e prestação de serviços	**6 238 968**	**6 025 335**

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	mCVE	
	2025	**2024**
Conservação e reparação	407 420	291 209
Eletricidade	293 488	343 164
Subcontratos	221 867	229 810
Trabalhos especializados	214 853	173 366
Publicidade e propaganda	129 653	100 453
Comissões	109 608	101 022
Rendas e alugueres	97 390	91 535
Vigilância e segurança	69 743	68 136
Renda de concessão	41 000	41 000
Limpeza, higiene e conforto	26 695	25 026
Deslocações e Estadas	23 846	27 847
Combustível e outros fluídos	22 784	26 517
Seguros	15 256	16 129
Comunicação	1 652	1 484
Outros fornecimentos e serviços	72 608	72 154
	1 747 862	**1 608 851**

Os subcontratos correspondem a gastos com prestação de serviços de telecomunicações, nomeadamente serviços de interligação e de aluguer de circuitos, prestados por outros operadores de telecomunicações, tanto nacionais como internacionais.

24. ***GASTOS COM O PESSOAL***

	mCVE	
	2025	**2024**
Remunerações do pessoal	986 915	984 770
Encargos sobre remunerações	157 280	157 621
Indemnizações	40 815	59 289
Remunerações dos órgãos sociais	13 952	15 023
Outros gastos com o pessoal	39 038	42 646
	1 238 000	1 259 349
Número médio de empregados	488	461

As indeminizações relacionam-se com a reforma antecipada de quatro (4) e oito (8) colaboradores que entraram para o programa em 2025 e 2024, respetivamente (ver Nota 14).

Outros gastos com pessoal compreendem, essencialmente, mCVE 15 032 (2024: mCVE 14 251) referentes a gastos com ações sociais, mCVE 7 489 (2024: mCVE 9 763) relativos a ajudas de custos, mCVE 2 741 (2024: mCVE 8 984) relativos a gastos com vestuários e fardamentos, mCVE 5 480 (2024: mCVE 5 029) relacionados com outros benefícios, incluindo formação.

25. *OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS*

	mCVE	
	2025	**2024**
Outros Rendimentos e Ganhos:		
Partes relacionadas		
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	1 606	401
Diretel	671	743
Rendimentos suplementares	68 922	75 899
Dividendos recebidos	26 859	31 695
Correções relativas a anos anteriores	13 068	41 800
Diferenças de câmbio favoráveis	5 950	19 350
Outros Rendimentos	3 959	9 151
	121 035	179 040

Os rendimentos suplementares relacionam-se, essencialmente, com serviços de operação e manutenção realizados na Estação WACS, localizada no Palmarejo.

26. OUTROS GASTOS E PERDAS

	mCVE	
	2025	**2024**
Taxas	187 477	191 089
Correções relativas a anos anteriores	149 097	52 638
Donativos	119 212	147 767
Diferenças de câmbio desfavoráveis	32 610	7 752
Impostos	13 615	20 216
Perdas em inventáros	98	1 083
Outras perdas	11 213	6 944
	513 322	427 490

As Taxas incluem essencialmente, mCVE 184 164 devidos à ARME, dos quais mCVE 163 887 referentes à taxa de frequência e terminação móvel e mCVE 20 277 referentes à taxa de regulação.

As correções relativas a anos anteriores incluem o montante de mCVE 128 534 resultante da regularização de serviços de manutenção prestados pela Huawei, anteriormente registados em Ativos intangíveis (ver Nota 5).

27. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

	mCVE	
	2025	**2024**
Depreciações dos ativos fixos tangíveis (Nota 3)	610 499	690 853
Amortizações dos ativos intangíveis (Nota 5)	916 116	994 788
	1 526 615	1 685 641

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Compreendem o seguinte:

	mCVE	
	2025	**2024**
Juros de financiamentos suportados:		
Banco BAI Cabo Verde	28 895	17 965
Banco Europeu do Investimento	24 878	25 261
BCA/BIA (Sindicato Bancário)	23 180	24 144
Caixa Económica de Cabo Verde	15 949	15 948
Banco Caboverdiano de Negócios	13 751	22 729
Ecobank Cabo Verde	11 780	12 366
Bolsa de Valores Cabo Verde	5 605	5 965
Banco Comercial do Atlântico	1 189	-
Atualização de empréstimos a colaboradores	3 919	4 674
Atualização da contribuição para a Sociedade de Informação	1 720	265
Atualização de gastos de desmantelamento e outros juros	722	873
	131 585	130 188

Os Juros dizem respeito aos gastos de financiamento associados aos projetos já concluídos. Por sua vez, os juros relativos aos financiamentos cujos projetos financiados ainda se encontram em curso, ascendendo a mCVE 9 844, foram capitalizados.

29. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ação básico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi determinado conforme segue:

	2025	**2024**
Resultado líquido do exercício (mCVE)	874 434	637 368
Número de ações (Nota 13)	1 000 000	1 000 000
Resultado por ação básico (mCVE)	0,87	0,64

30. GARANTIAS

À presente data, as garantias prestadas pela Empresa relacionam-se com os financiamentos obtidos, conforme descrito na Nota 15.

31. PARTES RELACIONADAS

(i) Os saldos com partes relacionadas resumem-se como segue (em mCVE):

	2025		
	Clientes (Nota 10)	Outras contas a receber (Nota 7)	Fornecedores (Nota 17)
Directel Cabo Verde - Serviços e Comunicações, Lda.	-	21.104	-
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	669	-	1
	669	**21.104**	**1**

	2024		
	Clientes (Nota 10)	Outras contas a receber (Nota 7)	Fornecedores (Nota 17)
Directel Cabo Verde - Serviços e Comunicações, Lda.	-	65.089	43 797
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	8.077	-	137
	8 077	**65.089**	**43 934**

(ii) As transações com as partes relacionadas - segue (em mCVE):

	2025		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)	Prestações de serviços (Nota 22)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 25)
Directel Cabo Verde, Serviços e Comunicações, Lda.	104 388	297	584
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	363	12 101	1.606
INPS	-	5 120	-
	104 751	**17 519**	**2 190**

	2024		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)	Prestações de serviços (Nota 22)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 25)
Directel Cabo Verde, Serviços e Comunicações, Lda.	103 099	571	743
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	781	8 209	401
INPS	-	3 377	-
	103 880	**12 157**	**1 145**

(iii) Não existem transações com os Administradores.

(iv) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de despesas com o pessoal ascendem a mCVE 13 957 (2024: mCVE 15 023). A redução justifica-se pelo período de baixa médica registada no exercício.

32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

Não existem passivos contingentes de valor significativo cujo exfluxo de caixa seja considerado provável, nem ou compromissos contratuais não reconhecidos que mereçam divulgação.

33. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

As remunerações dos auditores externos e do Conselho Fiscal ascenderam a mCVE 5 300 e mCVE 2 016 (2024: mCVE 4 740 e mCVE 2 016), respetivamente.

Não existem outras divulgações exigidas por diplomas legais.

34. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2025.

A DIRECÇÃO FINANCEIRA



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



III - RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Cabo Verde Telecom, S.A. (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias apresentadas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Cabo Verde Telecom, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

a) A Empresa exerce a atividade de telecomunicações eletrónicas. Exerce ainda a atividade de estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas que constituem a rede de comunicações do Estado e presta o Serviço de Circuitos Alugados e o Serviço de Acesso e Capacidade ao abrigo de um contrato de concessão, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 36/2021, de 14 de abril, cujas cláusulas atribuem ao concedente o "controlo sobre qualquer interesse residual significativo nas infraestruturas no final do contrato " através da reversão gratuita dos bens e direitos a que se refere cláusula 5ª do referido contrato (ver Nota introdutória do Anexo às demonstrações financeiras) e exigem o controlo e planeamento dos investimentos durante o período da concessão. A Empresa, (i) contrariamente ao exigido, não mantém um inventário atualizado do património afeto à concessão, uma vez que aguarda a definição, pelo Concedente, das regras aplicáveis para o efeito, (ii) não reconhece responsabilidades com os investimentos de substituição e (iii) calcula as depreciações por referência a taxas fiscais. Nas circunstâncias, não se encontra disponível informação suficiente e adequada que permita concluir sobre os efeitos nas demonstrações financeiras anexas, associados aos factos referidos.

b) Conforme referido nas Notas 3.5 e 3.7 do Anexo às demonstrações financeiras, as taxas utilizadas para a depreciação dos ativos fixos tangíveis e para a amortização dos ativos intangíveis, não afetos à concessão, estão em alinhamento com a portaria nº42/2015, de 24 de agosto. Não tendo sido confirmada a razoabilidade dessas taxas face à vida útil económica dos bens, não estamos em condições de (i) avaliar a razoabilidade dos Gastos de depreciação e de amortização evidenciados na Demonstração dos resultados por naturezas, no valor de milhares de Escudos (mCVE) 1 526 615 (2024: mCVE 1 685 641), e (ii) determinar o respetivo impacto nas depreciações e amortizações acumuladas e, consequentemente, no capital próprio inicial por efeito daquelas depreciações e amortizações em anos anteriores.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel.: +238 261 5934/5 | Fax: +238 261 6028 | Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 282682902/420191217 | NIF: 282 682 902 | Capital Social: CVE 1.500.000 Inscrita na lista da OPACC sob o nº 6

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde Sociedade de Auditores Certificados, Lda. Todos os direitos reservados. PwC refere-se à PwC Cabo Verde, constituída por várias entidades legais, ou à rede PwC. Cada firma membro é uma entidade legal autónoma e independente.

pwc.com/cv

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; e

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

16 de junho de 2026

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda
representada por:

Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Acionistas, da
Cabo Verde Telecom, SA

Em cumprimento do disposto no artigo 333º do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Cabo Verde Telecom, SA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Sociedade, tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Inteiramo-nos das principais decisões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, através das atas das reuniões desses órgãos, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos;
- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Sociedade;
- inteiramo-nos dos trabalhos realizados pelo auditor certificado, tendo obtido os esclarecimentos considerados necessários;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos o cumprimento da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que foi efetuada pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Auditores Certificados, Lda, foi emitido o correspondente Relatório do Auditor Certificado com reservas.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



p

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da Cabo Verde Telecom, SA nos termos do artigo 333º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

(a) O Relatório de Gestão do exercício de 2025 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;

(b) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras do exercício de 2025, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis, salvaguardadas as reservas incluídas no Relatório do Auditor Certificado;

(c) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2025 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Contudo, recomendamos que sejam resolvidas as reservas apresentadas no Relatório do Auditor Certificado, nomeadamente, (i) no que se refere aos factos relacionados com o contrato de concessão, (ii) e ao cálculo das amortizações e depreciações por referência a taxas fiscais.

Praia, 16 de junho de 2026

O Conselho Fiscal

Leida dos Santos Freire de Andrade
Presidente

Danielton da Conceição Silva
Vogal

Ingla Pereira Tavares
Vogal



RELATÓRIO E CONTAS 2025